

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARCOS SANTOS MACHRY

**UM OLHAR SOBRE A REVOLUÇÃO CUBANA POR MEIO DOS ESCRITOS
NACIONALISTAS DA REVISTA BRASILIENSE ENTRE 1960 E 1963**

Porto Alegre

2011

MARCOS SANTOS MACHRY

**UM OLHAR SOBRE A REVOLUÇÃO CUBANA POR MEIO DOS ESCRITOS
NACIONALISTAS DA REVISTA BRASILIENSE ENTRE 1960 E 1963**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman

Porto Alegre

2011

MARCOS SANTOS MACHRY

**UM OLHAR SOBRE A REVOLUÇÃO CUBANA POR MEIO DOS ESCRITOS
NACIONALISTAS DA REVISTA BRASILIENSE ENTRE 1960 E 1963**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aprovado em:

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Temístocles César – Departamento de História, UFRGS

Me. Davi Ruschel – Departamento de História, UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cláudia Wasserman (Orientadora) – Departamento de História, UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as interpretações elaboradas por parte da esquerda nacionalista brasileira, pertencente à *Revista Brasiliense*, acerca da Revolução Cubana entre os anos de 1960 e 1963. O periódico foi criado em São Paulo, em 1955, e existiu até 1964, quando foi fechado pelo golpe civil-militar. A principal orientação ideológica da revista provinha das ideias de Caio Prado Júnior, que era membro do Partido Comunista Brasil (PCB), embora tivesse divergências com o mesmo. Dessa forma, o nacionalismo da *Revista Brasiliense* diferenciava-se de outros grupos políticos, bem como do próprio PCB. Sendo assim, tem-se por finalidade compreender como as experiências de tais intelectuais nacionalistas no contexto brasileiro, caracterizado pela modernização capitalista, definiram as possibilidades de interpretação sobre a Revolução Cubana.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Cubana – Revista Brasiliense – Nacionalismo – Caio Prado Júnior.

LISTA DE SIGLAS

AP – Ação Popular

BNDE – Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CHIST – Centro Acadêmico dos Estudantes de História

CPJ – Caio Prado Júnior

ECN – Elias Chaves Neto

EUA – Estados Unidos da América

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista do Brasil

POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

RB – Revista Brasiliense

RC – Revolução Cubana

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A EXPERIÊNCIA NACIONALISTA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964)	12
1.1. O surgimento da <i>Revista Brasiliense</i>	12
1.2. A imprensa brasileira entre as décadas de 1940 e 1960.....	18
1.3. O projeto caiopradiano da <i>Revista Brasiliense</i>	20
2. O OLHAR DA ESQUERDA NACIONALISTA PARA O NOVO HORIZONTE: A REVOLUÇÃO CUBANA	26
2.1. O “furacão cubano” e as esquerdas brasileiras.....	27
2.2. A interpretação nacionalista e a Revolução Cubana.....	32
2.3. A Revolução Cubana e a aceleração do tempo.....	36
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Em 1959, a Revolução Cubana foi um acontecimento que, embora estivesse restrito geograficamente a uma pequena ilha do Caribe, abalou as mais longínquas partes do globo terrestre. Para amplos setores de esquerda da América Latina e do Terceiro Mundo, a vitória dos “barbudos” caribenhos virou símbolo de luta e de resistência. Segundo Batista Prado, o “modelo cubano de revolução, por meio da luta armada, foi, na década de 1960, o referencial histórico para vários movimentos de esquerda em países do terceiro mundo...” (2007, p. 35). No Brasil não foi diferente: de acordo com Emir Sader (1984; 1991), na década de 1960, a RC¹ teve força para dividir as esquerdas brasileiras entre aqueles grupos que gravitavam em torno da tese da via pacífica para o socialismo - como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os intelectuais pertencentes à destacada *Revista Brasiliense* –, e aqueles que advogavam a favor da luta revolucionária, adotando o exemplo cubano da luta armada.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo compreender como a RC foi interpretada, nas páginas da RB,² por uma parte da esquerda nacionalista brasileira.³ O periódico em questão foi criado em 1955, a partir do suporte financeiro e ideológico de Caio Prado Júnior. Ao lado de Caio Prado, reuniam-se na revista outros intelectuais que concordavam com as ideias nacionalistas do autor.

A RB constitui-se como meio de propagação das ideias que discutiam o arcabouço teórico do nacionalismo. Os seus membros principais, aqueles que mais escreviam artigos e participavam do conselho de redação, pertenciam ao PCB, mas encontravam-se, no momento, preteridos das decisões centrais do partido. Dessa forma, o periódico em questão tornou-se “válvula de escape” para parte dessa intelectualidade comunista expressar suas ideias; além disso, foi importante veículo para a divulgação de obras literárias e de reflexão sobre os problemas nacionais (LIMONGI, 1987).

O interesse pelo tema deste trabalho nasceu a partir da minha atuação no projeto “Repertórios da esquerda latino-americana nos anos 1950-1970 – revolução social, pré-revolução, revolução e subdesenvolvimento – o debate intelectual marxista e a questão nacional”, coordenado pela professora Dr.^a Claudia Wasserman, do qual participei, como bolsista de Iniciação Científica (BIC), entre 2008 e 2010. Nessa bolsa, tive a oportunidade de

¹ Revolução Cubana, doravante RC.

² *Revista Brasiliense*, doravante RB.

³ Foram publicados 15 artigos na revista que tratavam sobre a RC, todos eles entre 1960 e 1963.

entrar em contato com a fonte primária deste trabalho, a RB; no entanto, neste período, estive voltado em minha pesquisa para a trajetória intelectual dos autores da revista e não para a análise dos escritos dos mesmos. Outra experiência importante que originou este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu pelas comemorações dos 50 anos da Revolução Cubana em 2009, os quais geraram - especialmente no meio acadêmico - inúmeros seminários e debates, entre eles, a Semana Acadêmica do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “Fizemos uma Revolução maior que nós mesmos”: 50 anos da Revolução Cubana”, promovida pelos estudantes do curso de História, por meio do seu Centro Acadêmico de História (CHIST), e que contou com a minha participação na organização do evento. De tal modo, as inspirações prévias desta pesquisa estão sintetizadas da seguinte forma: de um lado, o trabalho de iniciação científica, que gerou o interesse pela fonte e, de outro, a participação entusiástica nos debates acerca dos 50 anos do aniversário da RC.

No início de 2011, depois de passado algum tempo, surgiu a possibilidade de explorar melhor o assunto por meio deste TCC. Para tanto, comecei a me inteirar das fontes bibliográficas para referenciar o trabalho. Sobre esse ponto, porém, é mister alguns comentários. Atualmente, no que tange à RC, existe um número quase inesgotável de material bibliográfico – conquanto até o final da década de 1970 houvesse certo vácuo analítico em torno do tema no Brasil (WASSERMAN, 2009). Afora esse vazio inicial, foram produzidos, ao longo desses últimos 50 anos, centenas de trabalhos científicos sobre o assunto. Por outro lado, no que se refere a RB, a situação é diametralmente oposta, como se verá adiante.

No Brasil, alguns dos trabalhos mais conhecidos sobre a RC são *Da guerrilha ao socialismo* (2007), de Florestan Fernandes, e *A Revolução Cubana* (1987), de Emir Sader. Essas obras analisam e sintetizam informações importantes sobre os acontecimentos em Cuba, e são, especialmente, profícuas para o leitor brasileiro – desconhecedor de alguns pormenores da história cubana.⁴ No segundo livro, aliás, o assunto é abordado de maneira particularmente apropriada para este trabalho, pois, além do processo cubano, o livro de Emir Sader (1987) analisa, de forma incipiente, o impacto da RC sobre as esquerdas no Brasil. Entretanto, o trabalho de maior peso do autor sobre esse assunto surge apenas em 1991, quando ele debruça-se especificamente na incorporação da experiência cubana pelas esquerdas do país. Esses três últimos trabalhos, acima de tudo, têm importância ímpar na compreensão que este

⁴ Por serem obras voltadas para o público brasileiro e, ao mesmo tempo, terem qualidade reconhecida, foram escolhidas para centrar este trabalho. Contudo, é inegável que existam outras obras nacionais e estrangeiras de tanto ou mais qualidade.

trabalho produz sobre a RC, tanto no que diz respeito ao processo cubano *de per si*, quanto em sua influência sobre as esquerdas brasileiras.

Como dito anteriormente, no que tange à bibliografia acerca da RB, ela encontra-se em posição antitética a Cuba: as fontes bibliográficas ainda são bastante rarefeitas. Em um dos poucos trabalhos a respeito, a socióloga Paula Beiguelman (1989) produz um texto, em parte, superficial sobre a revista, articulando muito mais discussões econômicas, como o debate sobre a instrução 113 da SUMOC, do que, de fato, trazendo à tona os assuntos tratados pela revista. As trajetórias dos autores e a “arqueologia” do pensamento dos mesmos são praticamente ignoradas pela autora. Por outro lado, no artigo de outro sociólogo, Fernando Limongi (1987), há uma ótima contribuição para o tema, na medida em que o autor faz uma análise de peso, detendo-se em pontos importantes para compreender o funcionamento da revista, como, por exemplo, quem são os intelectuais; quais são os membros do conselho de redação; quem assina o Manifesto de Fundação da Revista etc. Além disso, Limongi situa o periódico dentro do cenário político e cultural da época, ou seja, de disputa do nacionalismo, demonstrando que existia diálogo com outras revistas, como a Anhembi, por exemplo, e com centros de estudo, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Ademais, o autor ainda evidencia as relações divergentes, mas sem rupturas, da revista com o PCB, não obstante os intelectuais continuem filiados ao partido. Por fim, no trabalho de Limongi (1987) ainda há o panorama geral dos assuntos debatidos na revista, inclusive trazendo excelentes dados estatísticos dos mesmos.

Recentemente, foi publicado mais um trabalho sobre o tema, diferenciando-se dos demais por sua abordagem histórica, sendo assim, mais proveitoso para esta pesquisa. No texto de Claudia Wasserman (2009) destaca-se a relação que a autora faz do projeto político e econômico do nacionalismo com os demais temas mundiais e internacionais, sendo possível vislumbrar nele o significado do nacionalismo dentro do contexto latino-americano.

Da mesma autora, destaca-se ainda para este TCC o livro *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil* (2009) que foi empregado para se pensar na utilização de textos jornalísticos como fonte de pesquisa histórica, uma vez que o livro trata justamente da interpretação da RC e de Cuba pelos grandes meios de comunicação brasileiros:

O enfoque desta investigação não está no processo em si e naqueles que o vivenciaram, **mas nas interpretações e interrogações daqueles que estavam à distância e que pensavam nas influências que o processo trata para sua própria sociedade**, de que forma poderia influir no seu cotidiano, tão distante e ao mesmo tempo, tão próximo [...]. Ao invés de procurar nos documentos e discurso cubanos o

que aconteceu naquele país, procuramos nos jornais e revistas [...] o que os brasileiros pensavam que estava acontecendo naquele país (WASSERMAN, 2009, p. 8, grifos meus).

É partindo dessa mesma premissa que pretendo entender como a RC foi vista nas páginas da RB, isto é, relacionando os aspectos dos acontecimentos em Cuba às interpretações “possíveis” dos autores da revista preocupadas em passar ao leitor suas “visões de mundo”. Não existiria, assim, na fonte jornalística a “verdade sobre Cuba”, e, sim, as interpretações dos fatos provenientes de um lugar de poder, condicionado pelas disputas políticas e sociais daquele grupo em determinada época. Da mesma forma, é preciso se ter em mente que a própria leitura do pesquisador produz significado, pois ela também está inserida dentro de suas próprias experiências. Segundo Claudio Elmir, o pesquisador da imprensa deve-se preocupar com a “defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação à nossa experiência de leitura” (1994, p. 22 apud WASSERMAN, 2009, p. 13). Sendo assim, para que a pesquisa histórica atinja seus objetivos, cabe ao pesquisador conhecer, da melhor forma possível, o máximo de características relevantes sobre o contexto histórico e social que tornaram possível a emergência de tais escritos. Para ajudar no alcance de tais finalidades, Tânia de Luca (2008, p. 7) afirma que alguns cuidados metodológicos são importantes na análise desse tipo de fonte, tais como a tiragem, a qualidade do material, a publicidade, o preço para o consumidor, as fontes de receita, etc.

Para se refletir mais profundamente sobre o local de enunciação à qual pertence a RB, deve-se primeiramente pensar no contexto internacional de fundação do periódico, em meados da década de 1950. Nesse período pós-Segunda Guerra Mundial, ocorria o fortalecimento dos atritos entre o bloco capitalista e socialista, caracterizando o período chamado de Guerra Fria, que, a despeito da palavra “fria”, continha justamente em si a possibilidade – e, por isso, o temor das pessoas – de passar para a fase “quente”, ou seja de conflito armado. E, após o início da década de 1950, havia, por meio do desenvolvimento tecnológico, a ameaça do conflito nuclear entre as duas potências opositoras: Estados Unidos e União Soviética. Essa “equiparação” militar acabou desaguando na coexistência pacífica, visto que a superação militar do inimigo tornava-se indesejável pelas consequências nefastas que traria a “guerra atômica” à humanidade. Dessa forma, para os comunistas, a nova orientação era “baixar as armas”. Na disputa pelo poder deveria se mudar a estratégia da luta revolucionária para a estratégia da via pacífica.

Ao mesmo tempo, no plano interno, crescia a saltos largos a modernização e a industrialização do país, elevando a produção e o consumo de bens industriais e aumentando, por consequência, a massa de operários urbanos - agentes políticos importantes, segundo Octávio Ianni (1991), do período populista do Brasil, entre 1945 e 1964. Como corolário dessas transformações sociais, políticas e econômicas do país (e também no mundo), segundo Vânia Maria Possada Moreira, apareceu o nacionalismo que

Entrou na cena política nacional como uma ideologia característica do populismo, a serviço de uma elite ainda majoritariamente oligárquica e interessada em cooptar as camadas populares. Tornou-se, depois, a orientação ideológica dos setores industrialistas durante o governo de Kubitschek e terminou violentamente reprimido pelo golpe de 1964 enquanto uma ideologia das esquerdas e dos movimentos populares organizados (1998, p. 356 apud RODEGHERO, 2007, p. 95).

Essa ideia da autora sobre o nacionalismo e sua transmutação de “orientação ideológica dos setores industrialistas” para “ideologia das esquerdas” enquadra-se, a meu ver, dentro do pensamento de Reinhart Koselleck (2011) sobre as disputas políticas identificadas, pelo autor, nos “conceitos de movimento”.

O antigo conceito da ‘república’, que chamava a atenção para uma situação [imóvel, fixa], se transformava em *telos*, em objetivo, ao mesmo tempo que – com auxílio do sufixo ‘ismo’ – se temporalizava em um conceito de movimento. **Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente**”(KOSELLECK, 2011, p. 325, grifos meus).

Segundo Koselleck (2011), a partir da Revolução Francesa, o sentido de República não teria mais o significado estático de outrora, buscando no passado imóvel do mundo grego-romano o futuro desejável. A disputa política seria sintetizada no conceito “republicanismo” – o sufixo “ismo” era o que daria o caráter de movimento em direção ao futuro – que seria o termo criado para por em movimento o impulso cada vez maior dos revolucionários por um horizonte diferente, que compunha, sim, uma experiência, mas que se estruturava cada vez mais em um futuro diferente da experiência vivida (KOSELLECK, 2011). O nacionalismo, conceito amplamente utilizado entre 1950 e 1960 no Brasil, pode igualmente ser considerado como um “conceito de movimento”, na medida em que diversos grupos sociais disputavam a semântica do termo e, por conseguinte, também o resultado

político de sua aplicação, sempre almejando um futuro diferente do presente (e do passado), na qual seria possível concluir o projeto sempre inconcluso da Nação (PÉCAUT, 1989).

Pensando dessa forma, existiriam similaridades fundamentais entre o início da Modernidade em seu centro, a Europa, e o desenvolvimento dela na periferia do sistema, no caso, o Brasil, algo que explicaria a possibilidade de transpor tal teoria.⁵ A sociedade europeia industrial da virada do século XIX viveu um surto de industrialização, de progresso, de urbanização e de rápidas mudanças políticas e sociais – pontos que Koselleck (2011) considera características *sine qua non* da Modernidade -, processo análogo, como já foi dito antes, ao experimentado pelos brasileiros, especialmente, entre as décadas de 1940 e 1960. Não se pode esquecer que é nesse período que grandes mudanças políticas aparecem para os brasileiros. Para citar dois exemplos dessa mudança: as disputas político-sociais do governo Getúlio Vargas (1951-1954) e o subsequente suicídio do presidente em 1954, que provocou enormes manifestações populares que barraram o golpe das forças conservadoras; e a grande Revolução Chinesa de 1949, que reatualizava as revoluções socialistas no mundo – embora estivesse no extremo oriente, ou seja, espacialmente e culturalmente bem distante dos brasileiros.

É, portanto, a partir dessas “experiências turbulentas” que se insurgiram as perspectivas de futuro da RB, que tinham o objetivo de “esclarecer a opinião pública” sobre o “verdadeiro nacionalismo”. Tal projeto político da revista dialogava constantemente – como não poderia deixar de ser – com as novas experiências adquiridas no cenário nacional e internacional. É desse *locus* que surge a interpretação sobre a nova pauta que “invadiu” o pensamento de grande parte da esquerda brasileira, qual seja, a RC. E, como se verá adiante, a partir de então, o horizonte cubano não poderia ser simplesmente negado, como não o foi.

É, enfim, a partir dessas perspectivas que este trabalho se estrutura. No primeiro capítulo, trabalha-se com a criação e o funcionamento da RB; o contexto da imprensa no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960; bem como a compreensão sobre o projeto nacionalista do periódico a partir do pensamento de CPJ⁶. No capítulo seguinte, aborda-se o impacto da RC nas esquerdas brasileiras da década de 1960; seguido da “visão etapista” e nacionalista do processo cubano; e, por fim, a aceleração do tempo ocasionado pelas novas expectativas trazidas pela RC.

⁵ Este argumento é pensado a partir da compreensão da economia-mundo de Immanuel Wallerstein (1990), que coloca a Europa no centro do sistema capitalista, enquanto a América estaria na periferia. Segundo o autor, não obstante as mudanças ao longo do tempo, a relação centro-periferia seria intrínseca ao capitalismo.

⁶ Caio Prado Júnior, doravante CPJ.

1. A EXPERIÊNCIA NACIONALISTA NO BRASIL DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO (1945-1964)

No Brasil, o período democrático, entre 1945 e 1964, coincide com grandes transformações econômicas, políticas, sociais e até mesmo culturais do país. O nacionalismo era a doutrina que se configurava como ideologia predominante nos grupos de esquerdas, embora não fosse exclusividade destes (RODEGHERO, 2007). Para Octávio Ianni (1991), o pensamento nacionalista seria pautado pela defesa da industrialização, que beneficiaria a burguesia, hegemônica, segundo autor, da ideologia nacionalista. Tal pensamento provocou o erro das esquerdas ao preconizar a defesa da burguesia, cooperando com o desenvolvimento do capitalismo, ao invés de se fixar no aspecto da luta de classes (CALIL, 2007).

Para entender a extensão do processo de emergência das lutas nacionalistas e anti-imperialistas, pensou-se na importância de se esmiuçar a trajetória do pensamento intelectual nacionalista; e de como eram os locais de atuação desses protagonistas. Sendo assim, neste primeiro capítulo tem-se: (i) como foi criada e como funcionava a RB; (ii) qual era a situação da imprensa brasileira entre 1940 e 1960 e a sua relação com a modernização da sociedade; e, por fim, (iii) como se deu a formação do nacionalismo caipradiano, orientador da RB.

1.1 O surgimento da Revista Brasiliense

A *Revista Brasiliense* foi criada em São Paulo, em 1955, sendo publicada bimensalmente até 1964, quando foi fechada pelo golpe civil-militar. No total foram publicados 51 números - o número 52 foi detido pelos militares antes de sua impressão. O periódico pertencia a Editora Brasiliense e era impressa na Gráfica Urupês - ambas de propriedade de CPJ. Este, por sua vez, financiava a revista historicamente deficitária, tendo esta como uma das causas da dificuldade econômica a própria falta de propaganda externa, uma vez que a única publicidade existente na revista referia-se as próprias obras publicadas pela Editora Brasiliense (WASSERMAN, 2009) – geralmente livros da literatura nacional como, por exemplo, Monteiro Lobato, Eça de Queiroz e Lima Barreto.

Essa característica “anti-mercadológica”, em pleno desenvolvimento da lógica de competição capitalista nos meios de comunicação (SODRÉ, 1977), denotam o caráter independente a que se propunha o periódico – ponto sempre enfatizado por seus membros ao longo dos anos. Por outro lado, mesmo não carregando em suas páginas propagandas que

pudessem financiar seus custos, a revista chegava às bancas do país a custos relativamente baixos, tendo, portanto, a intenção de ser lida por uma ampla gama de pessoas.⁷

No entanto, para compreender os objetivos que levaram a criação da RB em meados da década de 1950, é preciso retroceder até 1943. Neste ano, CPJ tornou-se empresário do incipiente mercado editorial do país ao criar a Editora Brasiliense.⁸ A editora foi criada, visando, segundo Caio Prado, suprir a deficiência histórica de reflexões sobre os problemas nacionais (WIDER, 2007). Em 1946, isto é, três anos depois, ficou completa a sua inserção no mundo editorial com a criação da Livraria Monteiro Lobato, em homenagem ao grande escritor brasileiro, amigo e, agora, também sócio de CPJ.⁹

No ano de 1948, a Editora Brasiliense fazia história e lançava a revista *Fundamentos*, ligada ao PCB e embrionária do pensamento nacionalista de esquerda. *Fundamentos* teve um papel importante na articulação de intelectuais de esquerda na defesa das teses nacionalistas, sintetizadas na campanha “O petróleo é nosso”, cujo objetivo era garantir o monopólio estatal do petróleo brasileiro; meta alcançada em 1953, com a criação da Petrobras.¹⁰ A nova revista tinha como editor chefe o próprio Monteiro Lobato – defensor radical do monopólio estatal do petróleo e conhecida figura de posições nacionalistas (SODRÉ, 1977). Lobato, entretanto, veio a morrer após o primeiro número da revista, algo que ocasionou grandes homenagens nas páginas da *Revista Fundamentos*, escritas por Caio Prado (LIMONGI, 1987). Apesar de sua morte, Monteiro Lobato acabou tornando-se uma referência para o pensamento nacionalista da Editora Brasiliense e da porvindoura *Revista Brasiliense*.

Além da *Revista Fundamentos*, funcionava, desde 1947, nas instalações da Editora Brasiliense o órgão oficial do PCB em São Paulo, o *Jornal Hoje*. O vespertino recebia assistência da editora de CPJ e o próprio nome do jornal havia sido doado por Caio Prado ao PCB. Todavia, mesmo tendo escrito no início tanto para o *Jornal Hoje* quanto para *Fundamentos*, por divergências políticas com o partido – mais detalhes das divergências políticas no subcapítulo 1.3 –, CPJ acabou se afastando (ou afastado) desses organismos, que

⁷ O preço da revista, no início de 1962, era de Cr\$ 90, quando o preço de um jornal diário, no mesmo período, oscilava em torno de Cr\$9(SODRÉ, 1977), ou seja, era uma revista que tinha em média 150 páginas e custava apenas dez vezes mais que um jornal diário.

⁸ Eram sócios do historiador no negócio o seu pai, Caio Prado, e outros como Leandro Dupré, Arthur Neves e Hermes Lima.

⁹ Monteiro Lobato havia trazido os direitos autorais de suas obras para serem publicadas pela Editora Brasileira, tornando-se sócio e amigo de CPJ (WIDER, 2007).

¹⁰ A campanha “O petróleo é nosso!” foi um movimento popular apoiado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo PCB e por amplos setores nacionalistas. Foi nessa disputa que surgiu o termo “entreguismo” para denominar o movimento que queria entregar as riquezas nacionais, no caso o petróleo, para a exploração estrangeira ou privada. A herança da vitória na campanha “o petróleo é nosso” será utilizada pela RB, bem como o termo pejorativo “entreguismo” para atacar os opositores do nacionalismo.

havia, inclusive, ajudado a criar e continuou ajudando a manter (WIDER, 2007; LIMONGI, 1987). Destarte, a impossibilidade de atuar na imprensa comunista, levou Caio Prado a criar a RB, continuando a tentativa editorial de dar segmento aos princípios norteadores de sua entrada no setor, ou seja, a vontade de divulgar (e influenciar) o pensamento crítico sobre a realidade brasileira.

A organização política da revista, a despeito da orientação ideológica marcante de Caio Prado, se dava por seu Manifesto de Fundação que refletia os propósitos independentes da revista,

Mais do que uma simples publicação, será, portanto, um centro de debates e de estudos brasileiros, aberto à colaboração de todos os que já se habituaram ou se disponham a abordar seriamente esses assuntos e nela terão o meio não só de tornar conhecidos os seus trabalhos, como também de influir sobre a opinião pública levando-a a melhor compreender os problemas que afetam a vida do país. A Revista, sem ligação de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores (Manifesto de Fundação, RB, n. 1, jul./ago. 1955, p. 2).¹¹

A coesão política da revista concretizava-se, assim, por conta desse manifesto e por conta daqueles que o assinaram, isto é, os membros-fundadores. Nesse grupo, havia intelectuais notoriamente conhecidos da época como, por exemplo, Sergio Buarque de Hollanda e Sergio Millet; e outros ainda não tão conhecidos como Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.¹² Outros intelectuais, que não eram membros-fundadores, também escreveram para a revista, mas caso seus escritos não fossem condizentes com a política geral da revista, seus textos eram seguidos de uma nota explicativa, como ocorre com o artigo de Michel Löwy sobre a “questão agrária”: “as conclusões do presente artigo não se enquadram na orientação da Revista, que é nacionalista, conforme foi firmada em seu manifesto de constituição. Por nacionalista se compreende a política que visa unir as mais amplas camadas do povo brasileiro na luta antiimperialista, promovendo a melhoria de

¹¹ Vale ressaltar que a revista se propunha a ser um centro de “estudos brasileiros”, mas debateu acontecimentos internacionais, sendo a Revolução Cubana - interesse deste trabalho -, bastante mencionada nos escritos da mesma.

¹² Os membros-fundadores variaram ao longo das edições da revista, visto que havia a saída de alguns membros e a entrada de outros. No primeiro número da revista constava-se 45 intelectuais: Abguar Bastos, Acácio Ferreira (Bahia), Adroaldo Ribeiro Costa (Bahia), Afonso Schmidt, Aguinaldo Costa, Alice Canabrava, Álvaro de Faria, Aníbal Machado (Rio), Caio Prado Junior, Carlos Pasquale, Catulo Branco, Ciro T. De Padua, Edgard Cavalheiro, Edgar Koetz, Egon Schaden, E. L. Berlink, Elias Chaves Neto, Fernando de Azevedo, Fernando Segismundo (Rio), Florestan Fernandes, F. Pompeu do Amaral, Gilberto de Andrada e Silva, Heitor Ferreira Lima, Heron de Alencar (Bahia), J.N Fonceca Lima, Jayme Gramaciontti, João Climaco Bezerra (Ceára), João Cruz Costa, José Kalil, José Maria Gomes, Josué de Castro (Rio), Léo Ribero de Moraes, Mario Mazzei Guimarães, Maio da Silva Brito, Nabor Caires de Brito, Omar Catunda, Osmar Pimentel, Pinto Ferreira (Recife), Rossine Camargo Guarnieri, Rui Bloem, Salomão Schatan, Samuel B. Pessoa, Sergio Buarque de Hollanda, Sergio Milliet, Wilson Alves de Carvalho. Os nomes que contém o estado entre parênteses são de intelectuais de fora de São Paulo.

condições de vida do povo dentro do regime político e social vigentes" (n. 31, set./out., 1960, p. 55).

No Manifesto de Fundação da revista constava a assinatura de 45 fundadores, sendo que 37 eram paulistas, o que indicava tanto a importância das relações pessoais entre os colaboradores, quanto a forte proeminência intelectual de São Paulo, tendo em vista o desenvolvimento econômico e o crescimento de universidades no estado. Passados cinco anos, no número 24 (jul./ago., 1960), alguns nomes saem e outros entram na revista, crescendo o número total de membros-fundadores para 50 e, igualmente, crescendo a participação de outros estados brasileiros na revista, totalizando 13, cinco a mais que na primeira edição.¹³ A explicação para o aumento de intelectuais provenientes de outras regiões pode ser entendido pela dificuldade crescente que a revista tinha em conseguir artigos para fechar suas edições, precisando recorrer a um grupo cada vez maior de pessoas (LIMONGI, 1987).

É importante destacar que a RB contava com grande número de artistas e literatos como membros-fundadores – muitos ligados a Monteiro Lobado (WASSERMAN, 2009) –, demonstrando também o caráter cultural do periódico. Alguns nomes são Vasco Prado – artista plástico gaúcho, que adere ao manifesto de fundação, mas que não publica nenhum artigo na revista –, Sergio Milliet, Álvaro de Faria, Edgard Cavalheiro, entre outros. Grande parte do grupo de membros-fundadores teve participação pequena na produção de artigos para a revista, mas seu pertencimento e afiliação ao Manifesto de Fundação denotam o caráter heterodoxo que o nacionalismo da revista se propunha.

A maior parte dos assuntos debatidos no periódico era concernente aos problemas que atravancavam o desenvolvimento nacional nas áreas de economia, política, educação, medicina e cultura. Esses eram, na maioria das vezes, os primeiros artigos a aparecer no índice do periódico. Os assuntos de política internacional, referentes ao mundo pós-Segunda Guerra Mundial, também apareciam na revista, mas tinham caráter secundário em relação aos problemas nacionais. A América Latina, por sua vez, apareceu menos ainda. Só foi assunto principal, por exemplo, em quatro editoriais (dentre 51): *As Eleições Argentinas* (CAIO PRADO, n.16, mar.-abr., 1958); *Cuba* (CHAVES NETO, n.30, jul./ago., 1960); *A Próxima*

¹³ É importante destacar que a Revista Brasiliense contava com grande número de artísticas e literatos como membros-fundadores, demonstrando o caráter cultural do periódico. Alguns nomes são Vasco Prado, Sergio Milliet, Álvaro de Faria, Edgard Cavalheiro, entre outros. Grande parte do grupo de membros-fundadores teve participação pequena na produção de artigos para a revista, mas seu pertencimento e afiliação ao Manifesto de Fundação denotam o caráter heterodoxo que o nacionalismo da revista se propunha. Autores que não eram signatários do Manifesto de Fundação, como Michel Löwy, por exemplo, também tinham espaço na revista, embora houvesse assinalamento do periódico enfatizando que aquela era apenas uma “opinião pessoal”, não corroborando com o pensamento dos membros-fundadores.

Conferência Econômica de Montevideu (CHAVES NETO, n.36, jul./ago., 1961); e *Paz para Cuba* (CHAVES NETO, n.45, jan./fev.-1963). Sendo que os últimos três artigos tratam principalmente da RC – tema deste trabalho e que serão analisados posteriormente.

Os principais colaboradores do periódico foram, em ordem decrescente, Elias Chaves Neto (47), CPJ (31), Heitor Ferreira Lima (28), Álvaro de Faria (26) e Paulo Alves Pinto (15).¹⁴ À exceção de Ferreira Lima, que havia saído do PCB por sérias divergências políticas (FERREIRA LIMA, 1982), os outros colaboradores principais eram membros do partido. No entanto, apesar da grande quantidade de pecebistas, a revista não era um órgão oficial do PCB, como já ficara claro no seu manifesto de fundação. Em todas as edições das revistas, logo abaixo dos nomes dos membros-fundadores aparecia: “sem filiação de ordem política e partidária”. Essa preocupação da revista em se situar longe das disputas partidárias explica-se pelo perigo – especialmente antes das aberturas políticas decorrentes do relatório Krushev de 1956 – dos membros da revista serem expulsos do partido, sendo, para isso, considerados “fração” interna, algo que, obviamente, não era a intenção dos autores.

Dessa forma, o periódico ficou, na maioria das vezes, alheio as discussões internas do PCB, deixando claro que não tinha surgido para disputar “por fora” as diretrizes internas do partido (LIMONGI, 1987). Por outro lado, a despeito de discordâncias políticas, sempre houve respeito às decisões do partido e, inclusive, apoio da revista a algumas lutas importantes do mesmo, como no caso da campanha pela legalização do PCB no início da década de 1960.¹⁵

No conselho de redação da revista passaram 19 nomes. Na primeira edição, o conselho era composto de oito membros, como CPJ e Álvaro de Faria, que ficariam até o final da revista. A seguir, na edição número nove da revista, entraram para o conselho, entre outros, os nomes de Heitor Ferreira Lima e Paulo Alves Pinto, os quais igualmente permaneceram até o último número.¹⁶

¹⁴Os principais colaboradores do periódico tinham, entre eles, uma relação bastante próxima de amizade e até familiar. CPJ e ECN eram parentes e já se conheciam desde jovens. Este último conhecera Álvaro de Faria da redação do *Jornal Hoje*, quando tornaram-se amigos. ECN, ainda conheceu outros colaboradores importantes da revista no *Jornal Hoje*, como Samuel Pessoa e Catulo Branco. Heitor Ferreira Lima era amigo e companheiro em disputas políticas desde o Estado Novo varguista, quando juntos foram preteridos do partido por não concordarem com a atitude de apoio do PCB ao “queremismo”. Por fim, Paulo Alves Pinto era genro e amigo próximo de CPJ (CHAVES NETO, 1978; WIDER, 2007; IUMATTI, 1998 FERREIRA LIMA; ANO; LIMONGI, 1987).

¹⁵Alguns artigos que defendem a legalidade do PCB: *Legalidade do Partido Comunista, Marcha para a Revolução* (CHAVES NETO, n.38, Nov-dez, 1961) e *O Quadragésimo Aniversário do Partido Comunista do Brasil* (CHAVES NETO, n.40, mar-abr, 1962).

¹⁶Outros nomes que participaram do conselho de redação foram Sérgio Milliet, Edgard Cavalheiro, Sérgio B. de Hollanda, João Cuz Costa, E. L. Berlinck, Nabor Caires Brito, Castelo Branco, Fernando Henrique Cardoso,

Como diretor-responsável da revista, foi escolhido ECN¹⁷, o qual, além de primo e amigo de CPJ, era um experiente jornalista que havia sido editor do *Jornal Hoje*, mas que também havia sido afastado por questões políticas (LIMONGI, 1987), tendo começado a trabalhar na Editora Brasiliense em 1953, ou seja, dois anos antes do início da RB. ECN foi o responsável pela revista durante toda a sua existência, tendo sido também, como visto antes, o autor que mais publicou artigos. Na maioria dos casos, os artigos de Chaves Neto referiam-se às análises conjunturais internas e externas (12 dos 15 artigos sobre Cuba são do autor). O editorial da revista era na maioria das vezes escrito pelo diretor-responsável do periódico (26 de 51). Além disso, Chaves Neto tornou-se expoente principal das ideias de Caio Prado, quem considerava o intelectual da revista e ele apenas o jornalista (SANTOS, 2001).

A importância dada pela RB para o “esclarecimento da opinião pública” foi recorrente tanto em manifestações escritas na revista, quanto em memórias feitas posteriormente por seus ex-membros. Segundo Hermes Ferreira Lima, havia sempre a intenção de “influir sobre a opinião pública [...] procurando orientar a opinião pública, dentro dos princípios que pareciam mais apropriados para aquelas situações, atuava a Revista Brasiliense” (1986, p. 185).

Essa posição de influenciar a “opinião pública” e de propagar o “verdadeiro nacionalismo” parece ser condizente com aquilo que Daniel Pécaut chama de “populismo intelectual” (1989, p. 189): “Era toda uma conjuntura dominada pelo sonho da conversão política das massas graças à intervenção da ideologia [no caso a nacionalista]”. Esse populismo, segundo o autor, prometia “cultura e consciência política” para aqueles que estivessem dispostos a seguir os intelectuais, conscientes que seriam do papel do “povo” e por isso capazes de orientá-lo.

As revistas, nesse período, tiveram papel ímpar na vida destes intelectuais e no próprio movimento de propagação das ideias (SIRINELLI, 1996). De acordo com este autor, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva; ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. E, não obstante a RB tenha contato com mais de 200 colaboradores, foi a partir de afinidades políticas e pessoais que esses intelectuais se ligaram.

Fernando Pedreira, Paulo Dantas, Eduardo Sucupira F. Gerson Knispel, L. Izrael Frebot, Jean C. Bernadet e Maurice Capovilla.

¹⁷ Elias Chaves Neto, doravante ECN. Esse autor nasceu em São Paulo em 1898 e teve a mesma origem socioeconômica de seu primo CPJ, qual seja, a exploração de café. Sendo assim, Chaves Neto pode, igualmente, ter uma educação condizente com a elite paulista. Em 1923, bacharelou-se em direito, área que trabalhou antes de se tornar jornalista. Frequentou na década de 1930 os cursos de filosofia e de sociologia da USP. Com o fim do Estado Novo, virou redator do *Jornal Hoje*, órgão do PCB em São Paulo. Nesse ambiente, fez contatos importantes com os intelectuais de esquerda paulista, que, em alguns casos, estiveram presentes na RB.

Por fim, é significativo saber que, entre as décadas de 1940 e 1960, no Brasil, ocorria a emergência de inúmeros centros de discussão e propagação do pensamento intelectual. Sendo assim, o surgimento da RB não se constitui como única rede de sociabilidade intelectual no Brasil ou em São Paulo. O periódico não era uma “ilha solitária no oceano”, mas, sim, fazia parte de um “grande arquipélago” de revistas e centros de estudos, criações características do processo histórico brasileiro entre as décadas de 1940 e 1960, qual seja, de transformações econômicas e efervescência política e cultural.

1.2 A imprensa brasileira entre as décadas de 1940 e 1960

A emergência do pensamento nacionalista e a grande ebulição cultural e intelectual entre as décadas de 1940 e 1960 estão intimamente ligadas às transformações estruturais ocorridas no país a partir da Revolução de 30. A revolução hegemonizou o discurso anti-oligárquico de integração nacional e abriu espaço para o nacionalismo, que, apesar de suas mudanças, tem suas raízes no movimento de 1930. Com a consolidação de novos grupos sociais no poder, deu-se início a um período de modernização burguesa, que foi acentuado durante o Estado Novo por medidas burocrático-autoritárias, que, porém, colaboraram para o fortalecimento da industrialização e para o crescimento da massa de operários urbanos.

Nesse período de alta industrialização e modernização do país, fortaleceu-se o capitalismo em diversos setores, tendo, no campo dos meios de comunicação, desenvolvimento extraordinário (SODRÉ, 1977). Segundo esse autor, “o desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país” (1977, p. 452). Esse desenvolvimento acentuou-se entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. O significado da extensão das práticas capitalistas na imprensa é polivalente: aperfeiçoamento das técnicas jornalísticas; monopolização da informação por corporações cada vez maiores – criadas nos moldes do capitalismo avançado; falência da pequena imprensa (SODRÉ, 1977); massificação da cultura e homogeneização de padrões comportamentais (DOCKHORN, 2002). Em suma, nesse período de modernização capitalista, a pequena imprensa e os periódicos independentes foram paulatinamente tragados pelos “gargalos” impostos pelo capitalismo avançado e suas leis de mercado.

Somente as grandes corporações midiáticas – donas de amplos veículos de informação como rádio, jornal e televisão – puderam resistir ao incrível aumento das despesas, iniciados, principalmente, a partir da década de 1950 e que se agravou na década seguinte. Além dos custos com o papel – importado e dependente das oscilações cambiais –, havia o gasto com

mão de obra cada vez mais especializada (fruto do desenvolvimento do capitalismo) e com o maquinário importado. Os novos gastos foram tão acentuados que nem mesmo a grande imprensa pode custeá-lo apenas com a venda de seus produtos aos leitores. Seria necessária outra fonte de rendas. É neste momento que entram em jogo as grandes agências de publicidade, geralmente, de capital externo. Somente a grande mídia, que tivesse grande número de leitores, seria “agraciada” com o dinheiro indefectível (daqui em diante) da publicidade (SODRÉ, 1977). De tal modo, como já foi dito antes, a ingerência do capital externo nos meios de comunicação brasileiros é sintomático do avanço do capitalismo no país e nos meios de comunicação.

No início da década de 1950, segundo Nelson W. Sodré (1977), o imperialismo estadunidense se utilizou desse capital empregado na imprensa brasileira para advogar em nome de seus interesses:

O imperialismo cedo entendeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou,   base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do problema do petróleo.”(SODRÉ, 1977, p. 458).

Mesmo com a derrota da posição imperialista (e, conseqüentemente, dos grandes meios de comunicação) pela campanha “O petróleo é nosso!”, que culminou com a criação da Petrobras no segundo governo de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1953, ficou visível o papel nefasto que as agências de publicidades tiveram na tentativa de influenciar a opinião pública, pagando páginas inteiras em jornais de grande circulação para emitir opiniões contrárias ao monopólio brasileiro do petróleo, ou negando verbas publicitárias para aqueles veículos que se posicionam a favor da solução estatal para o petróleo (SODRÉ, 1977). Desta forma, ficava consolidada na grande m dia brasileira, por dependência econômica, a defesa de interesses exógenos e antinacionais. Nelson W. Sodré afirma que

os assuntos de interesse nacional s  encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários” (1977, p. 469).

É, portanto, provavelmente a partir dessa premissa que alguns periódicos aparecem para “furar o bloqueio”, tentando influenciar a “opinião pública” sobre quais eram os reais problemas nacionais. Foram mantidas pelos comunistas, entre outras, as revistas *Problemas*, *Fundamentos*, *Novos Rumos* e a *Estudos Sociais*. Ainda temos alguns periódicos nacionalistas como o *Semanário* e a Revista *Anhemb * (SODRÉ, 1977). A maioria desses periódicos tinha

baixa periodicidade de circulação e tiragem reduzida. Muitos organismos independentes surgiram no período, mas, no geral, tiveram pouco tempo de duração, pois não tinham como competir com a grande mídia.

A RB surgiu neste mesmo contexto avanço capitalista nos meios de comunicação. De um lado, a interferência do imperialismo na vida nacional e nos grandes meios de comunicação; e, de outro, da esperança de se criar um movimento nacionalista que pudesse discutir os problemas nacionais de forma independente, sem depender de agências de publicidade e fontes externas. As provas de que era possível quebrar a “censura” da mídia conservadora havia sido dada pela própria vitória dos setores populares que haviam barrado o golpe militar com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Os setores populares em suas manifestações de repúdio aos grandes meios de comunicação, opositores do governo Vargas, atacaram as propriedades do *O Globo* e do *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro (FAUSTO, 2009). Dessa forma, a experiência do nacionalismo da RB erigia da luta direta contra o seu “grande inimigo”, o imperialismo, que contava com agentes internos, a grande mídia, e agentes externos, as nações imperialistas – que, em realidade, significava os Estados Unidos. Além disso, também fazia parte das experiências do intelectuais do periódico a possibilidade de vitória sobre esses “setores exógenos”, conforme demonstrado na campanha “o petróleo é nosso!” e na tomada das ruas pela população em 1954, impedindo o golpe dos setores conservadores.

Em suma, o período do populismo no Brasil, entre 1945 e 1964, não foi marcado, como poderia indicar, pelo surgimento de inúmeros veículos da imprensa independente, como a RB. Pelo contrário, foi marcado pelo fim de inúmeros periódicos que já existiam desde as décadas de 1930 e 1940. No período, apenas alguns novos veículos surgiram e, em geral, tiveram poucas edições (SODRÉ, 1977). Tal situação, como já foi dito antes, está intrinsecamente relacionada ao próprio desenvolvimento do capitalismo e da modernização da sociedade. Sendo assim, antes da própria censura pelas feita pela armas da ditadura civil-militar, que fechará os últimos organismos independentes como a RB, veio a censura pelo capital.¹⁸

1.3 O projeto caiopradiano da *Revista Brasiliense*

¹⁸ A própria Anhembi, importante revista nacionalista, faliu, em 1962, por não conseguir fechar suas contas (SODRÉ, 1977).

O surgimento da RB na década de 1950, bem como de outras revistas e fóruns de debate, relacionou-se diretamente à modernização que transcorria na economia e na sociedade brasileira. Novos agentes políticos emergiram das mudanças estruturais, tais como a massa operária e a nova gama de intelectuais formados nas universidades, que se ampliavam no período, e que se pautavam na luta política do nacionalismo. Dentro da disputa semântica do conceito de nacionalismo, pensando a partir de uma perspectiva koselleckiana (2011), a RB teve papel importante nestes debates e CPJ, além de ser um dos principais pensadores do país, era orientador teórico da revista.

Para entender o pensamento nacionalista da revista e, conseqüentemente, de CPJ, é necessário fazer a “arqueologia” do pensamento do autor. À época, no plano da teoria econômica, surgia pela primeira vez um movimento capaz de pensar o desenvolvimento autônomo da América Latina. Esse novo paradigma se estruturou e se afirmou na Comissão para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), criada, em 1948, no Chile, como organismo da ONU para o continente. No plano interno (mas que também tem relações com questões externas), Caio Prado era preterido pelo PCB em função de seu pensamento divergente, sintetizado na tese *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* de 1954, que foi a linha principal do nacionalismo da RB (WIDER, 2007).

Desde a década de 1940, havia na América Latina, como foi dito antes, uma tentativa de se pensar o desenvolvimento autônomo do continente¹⁹, sendo a CEPAL – veículo importante para o novo tipo de compreensão original da realidade latino-americana –, bastante influente globalmente:

Na década de 1950, o tema de desenvolvimento passou a fazer parte da fronteira do debate econômico, e alguns dos mais brilhantes economistas desse período passaram a tratar do assunto. [...] Ao preocupar-se com os problemas de sua região, a teoria da dinâmica econômica latino-americana, formulada pelo economista argentino Raúl Prebisch, foi uma teoria do subdesenvolvimento de implicação e repercussão global. (EARP & PRADO, 2007, p. 380).

O economista argentino Raúl Prebisch, principal economista da CEPAL, foi o grande orientador do pensamento de Celso Furtado - influente economista brasileiro que incorporou as ideias cepalinas -, colaborando para o novo paradigma econômico e epistemológico, quando o continente (e o mundo subdesenvolvido) produzia pela primeira vez a sua própria reflexão econômica. Esse pensamento, fruto das transformações sociais e econômicas advindas da América Latina, pautou o pensamento nacionalista brasileiro e latino-americano.

¹⁹ Tais ideias criadas pela CEPAL (1948) e por intelectuais latino-americanos serão, em parte, incorporadas ao pensamento terceiro-mundista na tentativa de pensar o desenvolvimento econômico autônomo.

De acordo com o pensamento dos cepalinos, referência na América Latina e no Terceiro Mundo, havia a necessidade de que os países subdesenvolvidos fizessem uma mudança estrutural em suas economias para que as áreas mais atrasadas pudessem aumentar sua produtividade. Para tanto, seria necessário promover “a proteção da produção industrial com o objetivo de promover a substituição das importações de produtos industriais pela produção doméstica” (EARP & PRADO, 2007, p. 381). Tais princípios eram contrários ao pensamento econômico conservador, dominante na Europa e nos Estados Unidos e ainda muito vinculados aos clássicos que apregoavam as “vantagens comparativas” que, grosso modo, segundo os cepalinos, produziriam economias primário-exportadoras na América Latina *ad infinitum*. Celso Furtado foi responsável por colocar em prática alguns pressupostos cepalinos nos governos dos presidentes Juscelino Kubistschek, Jânio Quadros e João Goulart. Todos estes governos, cada qual a sua maneira, eram preocupados com o desenvolvimento industrial mediante intervenção estatal. A intervenção do Estado na economia serviria para que se alcançassem os objetivos de substituição das importações.

No Brasil, no governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), isto é, antes da participação de Furtado nos governos supracitados, houve influência do pensamento cepalino na Assessoria Econômica do presidente e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),²⁰ que também acolheu os novos preceitos teóricos. Criou-se no país uma divisão entre os que defendiam a industrialização por meio da intervenção estatal, chamados de nacionalistas, e aqueles que defendiam os preceitos teóricos do livre mercado, contrários à intervenção do Estado na economia, chamados de “entreguistas”. De certa maneira, a defesa da industrialização e da autonomia (econômica e política) tornou-se o norte do pensamento nacionalista brasileiro (BEIGUELMAN, 1989). Essas ideias, juntamente com os debates sobre a nacionalização do petróleo, popularizaram a concepção nacionalista de defesa das riquezas nacionais por meio da industrialização assegurada pelo Estado.

CPJ tinha laços comuns com a perspectiva lançada pelos cepalinos, vendo na modernização do capitalismo a saída para o Brasil. Em 1942, o autor lançou a *Formação Econômica do Brasil* que em sua tese central contraria as interpretações que viam, no Brasil, os “restos feudais”, conforme apregoava a III Internacional (desde 1928) para as “economias semi-coloniais” da América Latina (SANTOS, 2001). Tal posição era defendida pelo PCB.

De acordo com o livro de Caio Prado (SANTOS, 2001), o Brasil seria capitalista desde o início, mas de uma forma diferente dos países centrais, visto que se integrava ao capitalismo

²⁰ Atualmente, o nome é Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Europeu em formação como fornecedor de matérias-primas. Desse modo, segundo o autor, a principal luta dos brasileiros deveria ser para fortalecer o mercado interno, visto que a dependência do mercado externo configuraria desde então problema para a consolidação do capitalismo no Brasil e para a própria nacionalidade (SANTOS, 2001). Ainda segundo CPJ, a burguesia nacional não poderia ser agente principal da luta nacionalista (ou anti-imperialista) da forma como pregava a III Internacional, visto que desde o início da colonização houvera a gênese entre o capital externo e a elite local (SANTOS, 2001).

As divergências de Caio Prado com o PCB não eram novas. Em 1945, havia sido contrário a ala majoritária do partido que votou pelo apoio a Getúlio Vargas no movimento denominado de “queremismo”. Em 1947, CPJ defendeu, nas teses do IV Congresso de 1947, posição contrária à “burguesia revolucionária” e aos “restos feudais”, pontos que foram norteadores de todas as divergências entre CPJ (e depois a RB) e o PCB. O congresso não se realizou, visto que o PCB acabou perseguido e colocado na ilegalidade, pois Eurico Gaspar Dutra, presidente entre 1946 e 1950, era um governante afinado com os Estados Unidos na “cruzada” contra o comunismo (RODEGHERO, 2007). De qualquer forma, as divergências de Caio Prado com o partido já estavam lançadas e tal situação originou o seu afastamento dos periódicos comunistas oficiais, como o *Jornal Hoje* e a revista *Fundamentos*.

Outro fator que explica o afastamento entre CPJ e o PCB seria a “guinada à esquerda” que ocorre com o partido após as perseguições em 1947. Entre 1947 e 1954, o partido, influenciado pela Guerra Fria e mesmo pela Revolução Chinesa, direcionou-se para a luta direta pelo poder – posição política sintetizada na Declaração de Março de 1950 –, pregando a derrubada do governo democrático de Getúlio Vargas, que, segundo o partido, era “fantoche” das forças imperialistas (SILVA & SANTANA, 2007).

Enquanto o PCB defendia a via radical de derrubada do poder, Caio Prado preparava-se, em 1954 – ano do suicídio de Getúlio Vargas –, para defender a monografia *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*²¹ e concorrer à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP (LIMONGI, 1987). A tese apresentada por CPJ seria, segundo alguns autores (FERERIRA LIMA, 1981; LIMONGI, 1987; WIDER, 2007), o pilar do pensamento nacionalista apregoado pela RB. O historiador voltava a negar o caráter “feudal” da economia brasileira e questionava o protagonismo da burguesia industrial no desenvolvimento do país (SANTOS, 2001).

²¹ Lançada como livro no mesmo ano: PRADO Jr., Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. ed.1. São Paulo: Urupês, 1954.

De acordo com a tese de Caio Prado, era preciso fortalecer o capitalismo por meio da intervenção estatal que poderia promover a homogeneização do setor produtivo do país – ideia cara, também, para o pensamento cepalino, que era um foco privilegiado ao pensamento econômico nacionalista à época (SANTOS, 2001). Essa situação de interferência estatal na economia proveria o país da demanda interna necessária à existência de bases para o desenvolvimento econômico autônomo. Compreende-se com esse posicionamento que o pensamento de CPJ e da RB era, na verdade, a simbiose entre o nacionalismo político e o econômico, pois seria por meio do primeiro que se conseguiria chegar ao segundo. Seria preciso apenas conscientizar as massas da importância da hegemonia decisória do Estado sobre a economia:

Mas a emancipação do imperialismo, o traço básico de uma **política nacionalista**, tem por condição a **industrialização** do País e a transformação de sua agricultura, pois é somente na medida que o País for se industrializando e realizar essa transformação, que sua emancipação se efetivará. (CHAVES NETO, n. 26, nov./dez., 1959, p. 4, grifos meu).

O pensamento nacionalista de CPJ e da RB também estiveram relacionados a experiências políticas que ocorriam no país. A crença na atuação política das massas para imprimir ao Estado o caráter nacionalista que precisaria para desenvolver o país tinha ligações com a campanha “*O Petróleo é Nosso!*”, evento de grande participação popular e que culminou com a criação da Petrobras em 1953; e com o suicídio, em 1954, de Getúlio Vargas, causando ampla agitação popular que evitou o golpe militar. Desta forma, a tese de CPJ e a própria criação da revista refletem a crença de que por meio da pressão política das “massas esclarecidas”, agente principal do nacionalismo, seria possível impor ao Estado a direção das mudanças que levariam a modernização do capitalismo, melhorando a vida dos brasileiros. Esta era a forma que deveria tomar a “revolução brasileira” que mais tarde, no seu livro *A Revolução Brasileira* (1966), Caio Prado defenderia.

Neste ponto fica claro que o pensamento de Caio Prado era bastante original e relativamente independente em relação a seu partido, o PCB, conquanto estivesse embebido dos preceitos cepalinos. Enquanto o partido acabou seguindo, de uma forma ou de outra, a ideia da “revolução por etapas” entre 1930 e 1960, Caio Prado, por outro lado, via como pauta principal o desenvolvimento endógeno e autônomo das capacidades produtivas do país. Da mesma forma, é importante matizar que o pensamento de CPJ nem sempre era incompatível

com o do PCB, uma vez que ambos pensavam na importância de modernizar as estruturas produtivas do país, embora divergissem quanto aos meios para alcançar tais objetivos.

Sendo assim, os assuntos que a RB tratou em suas páginas eram representativos dessa posição nacionalista da revista e de sua pretensão de pensar os problemas nacionais. O cerne da preocupação editorial da revista voltou-se para as questões nacionais como, por exemplo, o monopólio do petróleo; a inversão de capital de empresas estrangeiras; a questão agrária; o desenvolvimento industrial; etc. Além disso, era marcante a presença de artigos sobre questões culturais como lançamento de peças, livros e filmes, demonstrando que a cultura para os intelectuais da RB, era fator importante para a criação de uma consciência nacional.

Finalmente, foi por meio dessas experiências de luta política e de construção teórica do nacionalismo que se baseou as interpretações possíveis sobre a RC. Sendo assim, ver-se-á no próximo capítulo como os eventos em Cuba foram sendo apropriados e utilizados pelo periódico na defesa de seus projetos políticos.

2. O OLHAR DA ESQUERDA NACIONALISTA PARA O NOVO HORIZONTE: A REVOLUÇÃO CUBANA

No início da segunda década do século XXI, um cidadão latino-americano, ao olhar retrospectivamente para a história das esquerdas de seu continente, não se espantaria com a argumentação de que a Revolução Cubana (1959) foi mais influente para a América Latina do que a própria Revolução Russa (1917) o foi para a Europa. Segundo Emir Sader (1991), que sustentou tal argumentação em plena queda do socialismo real, não houve país latino-americano que passou incólume pelas “ondas revolucionárias” produzidas a partir de Cuba, tendo sido o exemplo da vitória cubana o divisor de águas na trajetória das esquerdas latino-americanas (1991, p.160-161). O autor elucida a profusão do processo revolucionário cubano pelas semelhanças socioeconômicas das distintas regiões do continente, afirmando que

[...] a Revolução Cubana [em relação à Revolução Russa] contou com condições sociais mais homogêneas – pelo menos durante os anos 60 -, em meio à crise do capitalismo latino-americano, bem representada pela questão agrária, pela dependência externa, pela deterioração das condições das políticas públicas e pela extensão de regimes ditatoriais. (SADER, 1991, p.160-161).

Essas semelhanças vão muito além dos aspectos sociais e geográficos, elas integram as conjunturas econômicas, culturais e até mesmo linguísticas – similaridade, por exemplo, entre o Espanhol e Português²² – que explicariam a popularidade e a penetração do “furacão cubano” nos mais diversos “rincões” do continente, atingindo de intelectuais a operários, como se verá mais adiante neste trabalho.

A influência do exemplo cubano vem, sobretudo, de sua dupla vitória sobre o que expressava os Estados Unidos para a América: contestou a grande potência adversária do bloco socialista e, ao mesmo tempo, a nação imperialista hegemônica após a Segunda Guerra Mundial no continente, contra a qual se insurgiu, em muitos países, grupos sociais com ideias modernizantes que tentavam derrubar o Estado oligárquico – entrave à industrialização e à modernização desses países (IANNI, 1991). As características da luta histórica dos países latino-americanos pela sua “independência” assemelhavam-se, em alguns pontos, às lutas de libertação nacional de diversos países afro-asiáticos, o que cooperou para a consonância entre a ideologia terceiro-mundista, inaugurada a partir da Conferência de Bandung em 1955, e a

²² Neste caso, está se comparando com a Europa, onde a diversidade linguística é muito maior, algo que, certamente, retardou a divulgação de ideias políticas.

RC, que acabou servindo de inspiração não só para o continente, mas também para todo o Terceiro Mundo.

Em suma, este capítulo trabalha com a interpretação feita pelas esquerdas brasileiras sobre a RC, especificamente, pela esquerda nacionalista envolvida no projeto da RB. Para compreender o olhar do periódico sobre revolução, foram trabalhados os seguintes temas: (i) o impacto da RC nas esquerdas brasileiras; (ii) a visão nacionalista da RB; e (iii) a aceleração do tempo ocasionado pela emergência da RC, que colocou em evidência o socialismo.

2.1 O “furacão cubano” e as esquerdas brasileiras

A Revolução Cubana não esteve circunscrita ao conhecimento e debate de uma pequena *intelligentsia* brasileira. Muito pelo contrário, pois foi um processo histórico que pautou, politicamente, as experiências de amplas camadas das populações latino-americanas. As notícias sobre Cuba espalharam-se rapidamente pelo continente e ocuparam espaço em grandes meios de comunicação²³ de países com realidades distintas como, por exemplo, Argentina, Estados Unidos e Brasil.

Os grandes meios de comunicação, que se sedimentavam como grandes empresas capitalistas (SODRÉ, 1977), saudaram inicialmente a RC. No Brasil, aconteceu o mesmo: é possível observar nas páginas da grande imprensa brasileira o apoio à luta contra o regime ditatorial de Fulgêncio Batista promovido pelos guerrilheiros do Movimento 26 de Julho, liderados por Fidel Castro. Para citar apenas um exemplo dentre tantos, o jornal *Diário de Notícias*, de grande circulação, pertencente ao grupo de Assis Chateaubriand e que era vendido em Porto Alegre, consagrou a RC como uma vitória contra a tirania exercida na ilha: dois dias após o triunfo dos guerrilheiros, foi publicada uma reportagem sob o título “O exemplo cubano” abordando o evento como uma demonstração democrática para o continente (MARTINS, 2009).²⁴

O que explica essa primeira fase “otimista” da grande mídia, segundo Fernanda Martins (2009), foi o fato de que “o grupo liderado por Fidel Castro foi visto como um ‘exemplo’ positivo, de êxito, na luta revolucionária em favor de sua liberação nacional, uma vez que na conjuntura desse país, o nacionalismo estava intimamente associado com o anti-

²³ Como vimos anteriormente, era justamente o momento de massificação da mídia e do crescimento de grandes corporações midiáticas.

²⁴ A notícia sobre o triunfo dos revolucionários foi capa dos principais jornais do país e o tom era bastante semelhante: “fim de (mais) uma ditadura”, anunciava, no mesmo dia, o Jornal do Brasil (3 jan, 1959), outro grande jornal da época.

imperialismo” (2008, p. 32).²⁵ Ou seja, uma conjuntura comum a diversos países latino-americanos e as suas forças políticas internas que travavam o embate em torno da bandeira do nacionalismo, da mesma forma que o Brasil.²⁶ Sendo assim, a recepção positiva inicial de Cuba deu-se pela experiência comum de amplos setores sociais de luta contra regimes autoritários que governaram o continente em diversos períodos.

Em um segundo momento, logo no início da década de 1960, “a pequena ilha passou a ser vista não só como uma ameaça à dominação norte-americana, mas ao próprio sistema capitalista” (MARTINS, 2009, p. 32), de tal maneira, conforme aponta a autora, a revolução começou a sofrer forte oposição da grande mídia capitalista e dos setores conservadores.²⁷ A postura popular e radical dos dirigentes da revolução foi o divisor de águas para que os meios de comunicação cessassem o apoio parcial e partissem para a oposição ferrenha aos “barbudos” caribenhos. Tal ruptura é perceptível em inúmeros periódicos latino-americanos (AELO & BRANDA, 2009) e brasileiros (MARTINS, 2009).²⁸

De qualquer forma, por mais que a grande mídia tenha mudado rapidamente a postura em relação a Cuba, passando a condenar o regime da ilha, a RC não deixou de exercer fascínio, especialmente, para a esquerda e seus militantes. Segundo Emir Sader (1991), no que tange à influência de Cuba sobre a esquerda brasileira, pode-se mapear pelo menos três grandes fases: (i) entre a revolução em Cuba e o golpe civil-militar de 1964; (ii) durante a ditadura nas décadas de 1970 e 1980; (iii) correspondente ao período de redemocratização. Contudo, o que interessa para o presente trabalho é entender como transcorrem os refluxos da onda revolucionária cubana na primeira fase. Para tanto, é preciso entender as especificidades do contexto de pensamento de esquerda entre fins de 1950 e meados de 1960.

²⁵ A “luta contra o inimigo externo” vencida por Cuba acabava, de certa forma, ligando as experiências e as expectativas de amplos setores sociais da América Latina. De um lado, havia a luta para superar o Estado oligárquico que via na superação do “inimigo externo” a possibilidade de se fundar a “nação”; de outro, havia aqueles que viam na superação do mesmo inimigo, o imperialismo, a possibilidade de completar o projeto de “desenvolver a nação”.

²⁶ No Brasil, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o termo nacionalismo era amplamente utilizado pelas forças políticas, tanto por alguns setores conservadores, como as Forças Armadas, quanto por setores de esquerda. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) considerava-se o herdeiro do nacionalismo estatizante de Vargas. A *Revista Brasiliense*, por meio de seu manifesto de fundação, também entrava na luta pela disputa do termo. Dizia no seu manifesto de fundação ser uma “frente nacionalista”.

²⁷ É possível fazer certas analogias com acontecimentos históricos recentes, como a Revolução Egípcia e a Tunisiana, que ocorreram em 2011. Embora haja por parte da grande mídia brasileira apoio a tais mudanças no que diz respeito à luta pela democracia nos moldes ocidentais, também há manifestações de jornalistas e “especialistas”, ressaltando “o perigo de radicalizações que fogem ao modelo ocidental”, seja pela influência de ideias religiosas, seja pela influência de ideias socialistas.

²⁸ Ver Fernanda Martins (2008, p.30-54) para saber mais sobre as reportagens de Cuba, na década de 1960, na revista *O Cruzeiro* e no jornal *Diário de Notícias*, do grupo Assis Chateaubriand.

No país, antes da RC despontar no horizonte, a esquerda oficial²⁹ já discutia fervorosamente os rumos da “revolução brasileira” que, como visto anteriormente, teve seus primórdios na década de 1940, e principalmente na década de 1950. Os ventos de mudança no pensamento comunista na década de 1950 podem ser sintetizados didaticamente a partir da morte de dois líderes políticos relevantes: a de Getúlio Vargas, no âmbito nacional, e a de Joseph Stálin, no plano internacional. O primeiro, ao falecer, levou os comunistas brasileiros a reavaliar a posição de luta direta pelo poder, quando pregavam a derrubada do governo Vargas, passando a ver na aliança com as forças populares anti-golpistas e anti-imperialistas a saída para a crise. Esse acontecimento, então, teve importância na própria estratégia de aliança nacional contra o imperialismo. Dessa forma, a partir da morte de Getúlio Vargas, o PCB passou a apoiar medidas reformadoras que se enquadravam dentro da luta anti-imperialista, ou seja, a defesa de governos nacionalistas – as mudanças do PCB estão simbolizadas no apoio a Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955.

A segunda morte, a de Joseph Stálin em 1953, resultou no relatório Krushev apresentado no XX Congresso do PCUS em 1956, que trouxe à tona as atrocidades comandadas pelo ex-líder soviético e o problema do culto à personalidade. Esse documento abalou profundamente o movimento comunista internacional, tendo amplas e intensas reverberações nos PCs.

Estas duas mortes, contudo, servem para exemplificar as mudanças que levaram o PCB a reformulações teóricas que culminaram com a opção reformista, que encontrava na via pacífica a estratégia da revolução. Para tanto, preconizava-se a aliança de classes para combater o imperialismo e promover a industrialização, superando as relações “pré-capitalistas” do país.³⁰ Esse instrumental teórico tomou corpo nas Declarações de Março de 1958, quando passou a ser reconhecido oficialmente pelo Comitê Central do partido. (SILVA & SANTANA, 2007).

Os acontecimentos descritos anteriormente, principalmente o relatório Krushev, demonstraram para muitos militantes de esquerda a falibilidade do partido e o perigo do culto à personalidade – representado no Brasil, segundo os adeptos dessa crítica, pela figura imponente do Secretário-Geral do PCB, Luis Carlos Prestes. Sendo assim, criou-se, a partir de então, fortes divergências e debates internos no PCB. Muitos dissidentes de esquerda

²⁹ Por esquerda oficial, entenda-se PCB.

³⁰ A visão da luta por etapas, a primeira anti-imperialista e segunda socialista, e dos “restos feudais” no Brasil vinha desde 1928, influenciado pela III Internacional Comunista. Porém, a opção de levar adiante essas diretrizes pela via pacífica só se consolidou na segunda metade da década de 1950.

procuraram ver outras saídas para a crise³¹ que não fossem aquelas ditadas por Moscou e reproduzidas pelos PCs regionais.³²

Dentro da convulsão do comunismo oficial, a RC e a ascensão do socialismo no continente aceleraram ainda mais a desilusão de parte da esquerda com o PCB: muitos concluíram – sobretudo após a derrota frente aos golpes militares – que o processo revolucionário não precisava e *não deveria* seguir as “etapas” defendidas pelo partido: primeiro, a revolução democrática e nacional e, depois, a socialista.³³ Segundo o novo horizonte que se descortinava, era possível “pular a primeira etapa” – Cuba havia provado isso. A ideia de que, por meio da ação individual, conseguir-se-ia *acelerar* a revolução esteve ligada à mudança de paradigma dentro do marxismo – principalmente a partir da década de 1960 –, na medida em que parte da esquerda passou da defesa das categorias engessadas de um marxismo primitivo (MANTEGA, 1991) para o “voluntarismo”, na qual se defendia que a atuação dos sujeitos poderia criar as condições necessárias para a revolução socialista (GOULDNER, 1985). No que se refere à RC, esse pensamento “voluntarista” está presente no pensamento foquista de Che Guevara (SADER, 2004), mas principalmente nos escritos do intelectual francês Régis Debray (1967), que sistematizou a teoria foquista dando fundamental importância à “vanguarda militar” para as lutas revolucionárias na América Latina.

O excerto de Emir Sader ajuda a compreender como tal questão esteve inserida na discussão entre as esquerdas brasileiras que se dividiam entre adotar o exemplo cubano da luta armada ou não:

uma suave [corrente], comandada pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular; outra, dos grupos da chamada esquerda revolucionário, que colocavam a ênfase no caráter socialista que assumiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade.(SADER, 1991, p.176).

Até o golpe civil-militar de 1964, o primeiro grupo, reformista, foi hegemônico nas esquerdas (SADER, 1991; BARTZ, 2007). No Brasil, somente quando, ao final da década de 1960, encerraram-se as vias democráticas de disputa ao poder, houve a preeminência do

³¹ A própria RB, criada em 1955, pode ser colocada neste grupo, visto que foi legatária dos acontecimentos decorrentes da morte de Getúlio Vargas. A possibilidade de sobrevivência da revista, sendo um órgão de comunistas, mas com pensamentos divergentes, só foi possível pela abertura política decorrente do relatório Krushev e do abrandamento do stalinismo.

³² Às desilusões advindas do relatório Krushev, soma-se a invasão da Hungria em 1956 que também decepcionou muitos comunistas e simpatizantes, tendo em vista a dura repressão feita pelas tropas soviéticas ao movimento político que exigia aberturas políticas no país.

³³ Até o VI Congresso de 1960, denominava-se a primeira fase da revolução de anti-imperialista e agrária e, depois, passou a se designar democrática e nacional. Sem mudanças substanciais no conteúdo das propostas.

segundo grupo, com o início da guerrilha urbana e rural contra a ditadura. Por outro lado, seria um erro desconsiderar o rápido crescimento da esquerda revolucionária, influenciada por Cuba, mesmo antes do golpe. As principais organizações revolucionárias surgidas logo após a RC e antes do golpe de 1964 eram a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP, 1961), o PC do B (1962), a Ação Popular (AP, 1963). Além disso, havia as Ligas Camponesas do nordeste, que se interessavam mais pela RC do que pela política reformista do PCB (BARTZ, 2007, p.135). Em 1962, aliás, formou-se no campo centros de treinamento guerrilheiro, consolidando-se o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) de Francisco Julião, inspirado na “revolução de Fidel Castro”. Esse movimento foi destruído no mesmo ano pelo exército e serviu como justificativa para as forças conservadoras temerem ainda mais a influência “nefasta” de Cuba (BARTZ, 2007, p.134-136).³⁴ O crescimento da esquerda revolucionária e da defesa da luta armada nesse período justificará, como se verá adiante, o “diálogo” dos autores da RB com os grupos revolucionários, que não podiam, por sua presença crescente, serem ignorados.³⁵

Dentre as várias diferenças que pareciam existir entre esses dois grupos (reformistas e revolucionários) algumas são mais estruturantes. No caso do PCB e dos setores ligados a ele, como a RB, havia uma tentativa de situar o processo cubano dentro de uma lógica maior de lutas nacionalistas e anti-imperialistas, onde a opção pela luta armada foi uma particularidade conjuntural da ilha, que não deveria ser exportada (SADER, 1991, p. 173-174). No segundo grupo, havia o objetivo de tornar o caso de Cuba o exemplo geral para a luta revolucionária em busca do socialismo (BATISTA PRADO, 2007, p.36-37).³⁶

De qualquer forma, apesar das distensões, o PCB continuou, como já dito antes, sendo o principal foco aglutinador de forças de esquerda até 1964, visto que contava com figuras proeminentes como Luis Carlos Prestes, “o cavaleiro da esperança”, Carlos Marighella, entre outros. Além disso, o partido tinha ainda grande influência nos sindicatos de trabalhadores e estava, desde 1961, em diálogo constante com o governo João Goulart, tomando como pauta a aceleração das “reformas de base” (SANTANA, 2007).

Enfim, alguns grupos de esquerda mesmo mantendo-se oficialmente ligados ao PCB, tiveram ao longo do tempo uma posição crítica em relação ao mesmo. Dentre outros, a RB é

³⁴ Neste ponto, é interessante pensar que a RC serviu de inspiração para camponeses pobres do nordeste, liderados por Julião, mas essa experiência também “assustou” os setores conservadores e teve que entrar na pauta da esquerda, seja para negar, seja para incorporar as atitudes do MRT, inspirados em Cuba.

³⁵ Desta forma, a partir da RC a RB terá que disputar a “revolução brasileira” com grupos revolucionários e não apenas com os “antigos adversários” reformistas, como o PTB e o PCB, por exemplo.

³⁶ É conhecido que nem todos de esquerda, influenciados por Cuba, pleiteavam o socialismo, como, por exemplo, o Movimento Nacionalista Revolucionário, de Leonel Brizola.

um exemplo importante. Embora possa ser enquadrada como pertencentes ao primeiro grupo, ou seja, daqueles que não defendiam a luta armada, a revista tinha divergências com as teses do PCB. Desde a década de 1950 pelo menos, e de maneira mais branda desde a década de 1940, alguns intelectuais dirigentes da revista (conforme visto no capítulo I) estavam em desacordo sobre os rumos que a luta política deveria tomar no país. Enquanto CPJ e os intelectuais dirigentes da RB negavam o feudalismo no campo e o caráter nacionalista e progressista da burguesia nacional, o PCB defendia tais pontos. Dessa forma, as diferenças políticas da RB, embora não fossem antagônicas, transmutaram-se em análises particulares sobre Cuba.

2.2 A interpretação nacionalista e a Revolução Cubana

A opção pela guerrilha tomada pelo Movimento Revolucionário 26 de Julho, criado em 1955 no México, destaca-se pelas necessidades objetivas que deveriam enfrentar o grupo, liderado por Fidel Castro, ao desembarcar em Cuba e enfrentar a ditadura de Fulgêncio Batista. Foi, entretanto, no embate com as tropas oficiais do exército e no contato com o povo cubano que se constituiu o caráter revolucionário do movimento, permitindo a ascensão do socialismo em Cuba. A dizer, foi a união entre os guerrilheiros e a população que levou a guerrilha a assumir compromissos diretos com as classes camponesas e operárias, e não apenas com a burguesia:

até fins de 1960 e o início de 1961 o sistema de poder nascido da revolução não era um sistema misto (ou seja, meio burguês, meio proletário). Ele era, apesar das aparências em contrário, uma ditadura guerrilheiro-popular. Esta era, pois, a forma política de síntese que a democracia armada teria de assumir para rearticular os guerrilheiros, como vanguarda política, como classe social majoritária e revolucionária (FERNANDES, 2007, p.140).

Para o sucesso da RC, além dessa situação, também foi importante, entre outros pontos, a experiência histórica do povo cubano. No final do século XIX, Cuba era um dos poucos territórios que ainda permaneciam com o status de colônia na América Latina, pertencendo ao decadente império espanhol. Apenas nas últimas décadas daquele século, iniciou-se o processo de independência, liderado por José Martí, que teve, em 1895, sucesso parcial na libertação nacional. O sucesso só não foi completo porque a independência foi interrompida pela ingerência dos Estados Unidos na guerra, justamente no momento em que as forças espanholas estavam praticamente derrotadas (SADER, 1987).

Os estadunidenses, que iniciavam sua caminhada imperialista pela América Central, frustram, dessa forma, a independência cubana. A partir de então (e até a revolução de 1959), Cuba ficaria subserviente aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, gerando no país enorme dependência econômica e política.³⁷ Essa situação única de Cuba no continente, a qual, depois de vencer o imperialismo europeu, caiu sobre jugo de outro país americano, fez parte das experiências acumuladas do povo cubano e, conseqüentemente, interferiam nas suas expectativas. Por causa da intervenção externa estadunidense e de sua intromissão nos assuntos internos do país, havia, entre os cubanos, a sensação de que a independência ainda não havia sido alcançada (SADER, 1987).

Esses fatores históricos explicam a rápida ascensão do movimento guerrilheiro e a luta pelo socialismo que se iniciou em Cuba desde a disputa pelo poder (FERNANDES, 2007; SADER, 1987). No momento em que o grupo “guerrilheiro-popular” tomou o poder em Cuba, não foi admissível, por causa das experiências históricas do povo, desassociar “a independência nacional à libertação social e política do país” (SADER, 1987, p. 9), algo que explica como os cubanos conseguiram passar da crise do estado oligárquico, com a queda de Fulgêncio Batista, para a construção do estado socialista, superando o “pacto populista” de aliança de classes sobre a hegemonia da burguesia (IANNI, 199).

O primeiro artigo a aparecer na RB surgiu apenas um ano e meio após a tomada do poder pelos revolucionários na edição bimestral de julho-agosto de 1960 em editorial intitulado *Cuba* (CHAVES NETO, n.30, 1960, p.1-9). Nessa primeira referência, vê-se a postura que se repetiu nas análises seguintes: a exaltação pelo processo e a resistência em defini-lo como “comunista” ou “socialista”. A situação de luta do povo cubano, segundo o editorial, deu-se contra os “capitalistas estrangeiros” para fundar um “regime realmente democrático” com a soberania do povo. Os atritos com os EUA teriam se iniciado por este não aceitar as medidas anti-imperialistas tomadas pelos revolucionários, incluindo aqui a reforma agrária (CHAVES NETO, n.30 p.1-9).

Mas não é de comunismo que se trata no caso de Cuba. Inúmeros são os jornalistas e escritores de renome internacional que visitaram Cuba e que são unânimes em declarar que a revolução cubana não se orienta segundo os princípios do socialismo. É uma **revolução camponesa** que procura resolver os seus problemas na medida das dificuldades que lhe são criadas pelos Estados Unidos. (CHAVES NETO, n.30, jul-ago, 1960 p.5, grifos meus).

³⁷ O “perigo do norte”, os Estados Unidos, havia sido alertado por José Martí antes de sua morte em 1895 (SADER, 1987).

Nesse editorial sobre a revolução, a importância atribuída à “massa camponesa” e à “revolução camponesa” explica-se pelas disputas que ocorriam na esquerda em torno da “questão agrária”. Deste modo, é possível perceber o porquê do protagonismo dado ao campesinato como fator revolucionário (CHAVES NETO, n.30, 1960). Nesse sentido, expressa-se a aproximação da revista com os pressupostos do PCB, qual seja, o ataque aos “restos feudais” por meio da luta camponesa que combateria os latifundiários – defensores dos interesses imperialistas no país (MANTEGA, 1991). Portanto, a aparição da “revolução camponesa” é condizente com as discussões que se estabeleciam na época pelo PCB e que foram consolidadas no V Congresso Nacional do partido de setembro de 1960.

Essa postura, que via a importância de superação dos “restos feudais”, foi atacada pelas teses de CPJ no mesmo congresso (SANTOS, 2001). A análise de Caio Prado sobre a “questão agrária” vinha sendo debatida nas páginas da RB e foi aprofundada, posteriormente, no seu livro *A Revolução Brasileira* (1966). O autor defendia que a economia camponesa não era relevante no Brasil e que a luta no campo era para estender a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais, seguindo a lógica de “modernizar o capitalismo”(REIS, 2007, p.184-185). Segundo CPJ, seria a partir da luta pelas melhorias no campo, junto com os operários, que se daria a consciência da massa camponesa. As teses caiopradianas não foram aceitas no V Congresso do PCB e seu pensamento continuou sendo periférico no partido.

Na próxima edição a chegar às bancas (CHAVES NETO, n.31, set-out, 1960), o artigo *Cinco Anos de Existência* comemora o quinto aniversário da revista, defendendo abertamente os seus projetos políticos de “estabelecer as bases ideológicas de um movimento nacionalista, capaz de congregar as mais amplas camadas da população contra as forças responsáveis pelo atraso do País [...] na luta antiimperialista” (CHAVES NETO, n.31, set-out, 1960, p.52). No que se refere a Cuba, transparece no artigo as perspectivas da revista para o Brasil e para a América:

A revolução cubana exprime, porém os anseios de todos os povos subdesenvolvidos da América para melhorar as suas condições de vida, **dentro do regime político e social vigente, libertando-se da sucção do que o imperialismo** exerce sobre as suas economias e estabelecendo um novo tipo de transações econômicas entre as nações, do qual toda aplicação direta de capitais de uma nação em outra seja banida (CHAVES NETO, n.31, set-out, 1960, p.53, grifo meus).

Esse excerto é bastante elucidativo de como se evocava o exemplo de Cuba na revista. Ora, ao escrever “dentro do regime político e social vigente”, defendia-se a luta “de todos os

povos” latino-americanos pelas reformas dentro do capitalismo, isto é, dentro da mesma posição nacionalista da revista. O exemplo de Cuba estaria na sua vitória contra o imperialismo, âmago de toda a questão nacionalista. Esse pensamento, por sua vez, enquadrar-se tanto dentro da “visão etapista” do PCB como no pensamento caiopradiano, que, embora não veja a realidade em etapas a serem superadas, também defende as melhorias dentro do capitalismo (SANTOS, 2001).

Em 16 de abril de 1961, à medida que Fidel Castro declara o caráter socialista da revolução, a RB publicou artigos adaptando-se à nova situação. Inobstante aceite o socialismo, a revista enfatizou que foi a partir da luta anti-imperialista que a revolução entrou em sua nova fase: “A revolução entrou em sua segunda etapa, a da marcha para o socialismo” (CHAVES NETO, n.34, mar-abr, 1961, p.93-94). A ideia de início de uma nova etapa, “a segunda”, confirma a influência etapista do PCB e de reformas do capitalismo. Segue-se ainda uma explicação para a evolução de Cuba ao socialismo:

Se Cuba, posteriormente, evoluiu para o socialismo e abertamente adotou a forma socialista de governo, isto em nada altera a situação. **A revolução cubana é antes de mais nada uma revolução antiimperialista [...].** (CHAVES NETO, n.46, mar-abr, 1963, p.141, grifos nossos).

Segundo Raimundo Santos (2001), ECN defendia uma posição nacionalista que, às vezes, aproximava-se mais da linha do PCB do que das teses caiopradianas. De qualquer forma, pensa-se nesse trabalho que, a despeito das particularidades dos autores que escreviam sobre Cuba e de diferenças teóricas entre eles, havia um projeto comum que os unia e via no desenvolvimento econômico por meio da industrialização – ponto comum que está datado no Manifesto de Fundação (n.1, jul./ago., 1955) – o horizonte a se buscar. Dessa forma, a “revolução por etapas”, importante dentro do pensamento da revista e da análise sobre Cuba, deve ser pensada na lógica de desenvolvimento do capitalismo a partir da posição nacionalista. Esta posição, a nacionalista, seria o grande exemplo de luta dos cubanos para o Brasil (e para o Terceiro-Mundo).

Em todos os artigos analisados que tratam direta ou indiretamente sobre Cuba, entre 1960 e 1963, o nacionalismo e o anti-imperialismo são os assuntos mais recorrentes. Há constante esforço em mostrar que o sucesso da RC ocasionou-se por causa do anti-imperialismo na ilha: “A revolução cubana representa o esforço de um país para se libertar das garras do imperialismo”; “Insurgindo-se contra a dominação imperialista, Cuba pretende apenas dar a seus problemas econômicos a solução que julga condizente com os interesses de

seu povo [...]” (CHAVES NETO, n.32, nov-dez, 1960, p.54 e p.56). Exemplos semelhantes repetem-se em inúmeros artigos sobre Cuba: antes e depois de Fidel Castro declarar o caráter socialista da revolução.

Por fim, tentando não ser redundante, enquadrar a revolução em etapas ou apenas em seu caráter nacionalista, conforme o fez a RB, é analisar a realidade de forma apriorística, como já é datado pela historiografia. Segundo Florestan Fernandes (2007, p140-141), “Os ritmos históricos [em Cuba] não separaram nitidamente os tempos que se tornaram de decomposição final do capitalismo e de implantação do socialismo”. Contudo, interessa aqui não é apontar as “falhas” da interpretação nacionalista da época, mas, sim, compreender como o arcabouço teórico do nacionalismo da revista condicionou as análises sobre a realidade cubana.

Com isso, depreende-se que, mesmo sendo impelidos a interpretar a RC, os autores da RB viram na ilha caribenha as próprias expectativas que tinham para a luta no Brasil, a dizer, o nacionalismo em sua “cruzada” contra o imperialismo. E, mesmo após a ilha se declarar socialista, a explicação para o sucesso da “segunda etapa” foi dada pelas lutas nacionalistas ou anti-imperialistas. Isso aponta que a revista viu no processo não a necessidade de readaptar o projeto nacionalista, mas, sim, a possibilidade reforçá-los, sem de fato se aprofundar na análise do que ocorria em Cuba.

2.3 Revolução Cubana e aceleração do tempo

“Seja realista: exija o impossível.” Maio de 68.

A epígrafe anônima, pintada nos muros de Paris no conhecido “Maio de 68”, exemplifica a persistência do pensamento moderno, instaurado, segundo Koselleck (2011), a partir, principalmente, das mudanças sociais, técnicas e culturais advindas da dupla revolução do século XVIII. Na gênese da modernidade, a ideia de “progresso” suplantou a ideia cristã de “profecia”, quando se pensava em um futuro muito semelhante ao passado.

O paradigma moderno substituiu a ideia escatológica pela “nova crença” do futuro inédito e do progresso: pela primeira vez na humanidade se estava autorizado a exigir do futuro novas possibilidades. O mundo, em meados do século XX, reforçou fenômenos importantes da modernidade, para, então, viver a crise de seu paradigma a partir da década de 1970, após os movimentos contestatórios da década de 1960. Talvez o grande marco de historicidade desse período moderno, conforme coloca Hartog (1990), seja ainda o ano de

1989 com o fim do socialismo real, que provocou fortes questionamentos na crença política que havia orientado boa parte do pensamento de esquerda desde meados do século XIX.

No Brasil, houve transformações significativas entre as décadas de 1930 e 1960. É por isso que se percebe insurgir nos discursos políticos da época (a RB é só um entre tantos exemplos possíveis de se observar) inúmeros conceitos modernos que visavam colocar em prática no presente a busca de um futuro melhor, algo que Hartog (1990) chama de “futurismo”. No país, o próprio conceito moderno de revolução é norteador das disputas políticas da esquerda, especialmente, nas décadas de 1950 e 1960.

A disputa pelo conceito “revolução”, nesse período, ou seja, a discussão teórica sobre “revolução brasileira” é amplamente conhecido pela historiografia brasileira e não cabe a este trabalho adentrar no tema. Contudo, é importante entender que é a partir da disputa semântica deste conceito e dos conceitos de movimento, como nacionalismo e imperialismo, que se compreende o Período Populista (IANNI, 1991), entre 1945 e 1965, como de fortalecimento de debates em torno a conceitos centrais da Modernidade (Koselleck, 2011). Em outras palavras, é o fortalecimento daquelas características basilares da Modernidade: industrialização, crescimento demográfico, êxodo rural, que conseqüentemente, fazem surgir uma massa ávida de participação política, condensada no “pacto populista” (IANNI, 1991). É centralizando os intelectuais da RB dentro deste contexto de insurgência da Modernidade que se compreende como era o espaço de experiência destes autores: inseridos nos ideais de progresso, de porvir.

É deste *locus*, portanto, que os intelectuais nacionalistas da RB produziram o pensamento referente à RC. Os primeiros artigos sobre Cuba, que só começaram a aparecer em meados de 1960 – um ano e meio após a tomada do poder em 1959 – tratavam de forma genérica da “luta anti-imperialista” que teria se empreendido naquele país e de como tal evento servia de exemplo para o Brasil. Há, inclusive, como já foi falado antes, o esforço em não caracterizar a revolução como socialista: “Inúmeros são os jornalistas e escritores de renome internacional que visitaram Cuba e que são unânimes em declarar que a RC não se orienta segundo os princípios do socialismo” (CHAVES NETO, n.30, jul-ago, 1960 p.5). Tudo isso para enquadrar o processo dentro de experiências e expectativas já conhecidas do nacionalismo, como já foi mencionado antes.

A mudança de postura só ocorre após a incontestável declaração do caráter socialista da revolução por Fidel Castro em 16 de abril de 1961. Além deste acontecimento, novas experiências contribuíram para que houvesse uma mudança nas percepções sobre Cuba por meio dos intelectuais da RB. No plano internacional, entre outros acontecimentos, ocorre, em

abril de 1961, (i) a declaração do caráter socialista da RC e a invasão da Baía dos Porcos - tentativa fracassada de acabar com a RC por meio de um ataque externo, promovido pelos EUA; em agosto de 1961, (ii) acirram-se os ânimos da Guerra fria com a construção do muro de Berlim, que dividiu a Alemanha; em outubro de 1962, (iii) acontece a crise dos mísseis em Cuba que “para o mundo” por treze dias, momento em que a humanidade depara-se com a possibilidade de explosão da Terceira Guerra Mundial e do subsequente fim do mundo por meio do conflito nuclear entre URSS e EUA. Aliado a tudo isso, temos ainda a luta de independência de diversos países africanos que conseguem sua independência no ano de 1960, fortalecendo o movimento dos Não-Alinhados.

Por último, mas não menos importante, no Brasil, em 1961, o presidente Jânio Quadros renuncia após seis meses de mandato, e o vice-presidente, João Goulart, foi impedido de tomar posse por uma junta militar, que o acusava de pertencer à esquerda radical. O impasse só foi resolvido mediante grande participação popular, articulada na “Campanha da Legalidade” entre agosto e setembro de 1961. João Goulart, portanto, só conseguiu assumir a presidência com amplo apoio das massas, que frearam o movimento golpista. Mais uma vez a população, assim como no suicídio de Getúlio Vargas, era protagonista na defesa da democracia contra os golpes militares apoiados pelas classes conservadoras. Havia, assim, certa euforia, no início dos anos 60, com a possibilidade de atuação dos movimentos de massa.

É nesse campo de experiências, qual seja, de crises internacionais, de vitórias no Terceiro Mundo e de ampla mobilização social no país que se pode entender as análises feitas sobre a RC. Em outras palavras, havia novas experiências que não puderam deixar de alterar as expectativas dos autores. Tal “turbilhão” de acontecimentos atinge os escritos da revista.

O artigo a *Legalidade do Partido Comunista, Marcha para a Revolução Socialista* de Elias Chaves Neto inicia-se debatendo sobre o conceito de “revolução”:

Embora se costume chamar de revolução a simples substituição, pela força, de um governo por outro, e **o seu conceito esteja associado a luta armada e violências**, na realidade uma revolução nada mais é do que a supressão de direitos, considerados intocáveis, por representarem uma ordem social que seria imutável [...](nov-dez, 1961, p.34-35, grifos meus)

Vale ressaltar que tal conceito de revolução é, praticamente, o mesmo que CPJ defenderá cinco anos depois na primeira página de seu livro *A Revolução Brasileira* de 1966,

escrito após o fracasso das esquerdas.³⁸ Isso indica que mesmo passando pelo golpe civil-militar de 1964 e do fracasso do comunismo oficial, ainda assim o cerne do pensamento nacionalista da revista, mesmo depois dela deixar de existir, continuou sendo defendido, em parte, pelos seus intelectuais.

ECN ao descrever logo na primeira página o conceito de revolução, é sintomático das contestações políticas acentuadas que se instauravam em torno do termo. Além dos acontecimentos supracitados, ainda há novas situações que se relacionam diretamente pelas disputas de poder e de significado sobre a revolução. Em setembro de 1960, o PCB acabara de passar pelo seu V Congresso, no qual a política dominante foi de defesa da legalização do partido e apoio às “reformas de base”, hegemonzando-se, assim, a opção reformista. Deste congresso nascem divergências irreconciliáveis entre a esquerda oficial que desembocou na fundação, em 1962, do PC do B, influenciado pelo maoísmo e que defendia a volta à luta direta pelo poder, condenando as “teses reformistas” do PCB. É a partir deste novo espaço de experiência que ECN define a possibilidade de se pensar a revolução preconizando ainda o princípio da “via pacífica” ao socialismo. No excerto acima o conceito de revolução era explicado como não sendo, necessariamente, ligado à insurreição armada, conforme havia acontecido em Cuba. Logo depois, no mesmo artigo, a revista continua com essa linha argumentativa:

E mesmo **para aqueles que querem pautar a sua ação pelo exemplo cubano** [...] longos anos de luta foram necessários para que se formasse a consciência revolucionária do povo, que devia levá-lo à vitória. (n.38, nov-dez, 1961, p.45, grifos meus)

E completa a seguir:

Pois é esta consciência revolucionária do nosso povo que o Partido Comunista procura despertar, pro processo mais adequado à realidade brasileira; e a legalidade do Partido é uma condição necessária para esse fim. (n.38, nov-dez, 1961, p.45, grifos meus).

Nesses dois últimos excertos é possível inferir duas premissas importantes. Em primeiro lugar, houve claramente a intenção do autor de se referir a um terceiro elemento (além do escritor e do público leitor), que seria representado pelo pronome “aqueles”. Isso ocorre, certamente, pela disputa que ocorria em torno do exemplo cubano e dos próprios

³⁸ Segundo Caio Prado (1966, p.1), “[...] ‘revolução’ tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza”.

rachas que começavam a existir na esquerda, quando se começou a defender o “exemplo cubano” da luta armada. Em segundo lugar, como o socialismo em Cuba foi vitorioso, era preciso que se explicasse o seu sucesso. Por que a RB também não passaria a defender o socialismo agora, já que, ao fim e ao cabo, também era o objetivo do periódico, como o título do artigo indica (“Marcha para a Revolução Socialista”)?

A explicação ocorreu por meio do resgate de elementos anteriores à concretização da revolução que pudessem servir de justificativa para se continuar a luta nacionalista preconizada pela revista. Da mesma forma que na Revolução Francesa de 1789, dependendo do observador e de suas perspectivas futuras, remetia-se a uma ou a outra fase recente da revolução para aplicar as atitudes a serem tomadas no presente (KOSELLECK, 2011), no caso dos intelectuais do periódico aconteceu a mesma coisa. Os setores nacionalistas da RB enfatizaram que o mais importante de tudo para a luta presente no Brasil seria o exemplo cubano do período anterior à tomada do poder, quando teria se formado a “consciência revolucionária do povo” cubano. Disso se depreende que se está justificando que o Brasil ainda precisaria passar por uma fase anterior ao socialismo, a qual Cuba também teria passado.

Os grupos revolucionários de esquerda, por outro lado, resgatavam a experiência da luta armada que derrubou Fulgêncio Batista para assim orientar suas lutas no presente, discordando, assim, do PCB e da RB. A atitude da revista de resgatar o período anterior da RC para pautar a luta presente do nacionalismo no Brasil ainda fica mais visível nesse excerto ao final do artigo:

como no caso de Cuba, será a consciência revolucionária do nosso povo despertada pela luta legal do partido pela satisfação das suas reivindicações, que poderá transformar um levante popular numa grande revolução, capaz de abrir para o nosso País todas as perspectivas de paz, bem-estar coletivo e felicidade, inerentes ao mundo socialista. (CHAVES NETO, n.38, Nov-dez, 1961, p.48, grifos meus).

Os acontecimentos internacionais já mencionados, conjuntamente, com as grandes disputas políticas que ocorriam no Brasil dão o caráter de interpretação possível sobre Cuba. A revista demonstra nesse excerto que o socialismo é um objetivo, mas que essa é ainda um luta posterior, pois “como no caso de Cuba”, é a “consciência revolucionária” que fará a revolução socialista e, como ainda não há isso no Brasil, infere-se que a luta ainda deverá se pautar pelo nacionalismo que possibilitará tal consciência, somente na etapa seguinte estaria o “bem-estar coletivo e felicidade, inerentes ao mundo socialista”.

Em suma, a proeminência no discurso da revista de discussões sobre pontos específicos da RC e não mais a aspectos gerais, explicam-se pela necessidade de se responder a eventos muito próximos, justificando quais são os próximos passos a serem seguidos. Essa situação denotaria aquilo que Koselleck (2011) chamou de *aceleração do tempo*.

O artigo supracitado indica isso, pois não se está apenas analisando a RC, mas buscando se acelerar o futuro que não é o mesmo que o pregado por “aqueles” que defendem a luta armada. A batalha que deve ser acelerada é a do nacionalismo pela pauta “urgente” de legalização do PCB. Além disso, o fato de que a revista aproxima do presente um objetivo indicado por um conceito de movimento (KOSELLECK, 2011), no caso o socialismo, que até então era visto como um objetivo mais longínquo denota a invasão de “um outro tempo histórico” dentro do campo mais imediato que era o nacionalismo. O socialismo deixara de ser objetivo temporalmente tão distante, tornando-se parte do horizonte que se aproximava. Ainda deveria ser precedido pelo nacionalismo, mas entre uma etapa e outro o tempo havia sido comprimido.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se compreender como parte do pensamento nacionalista de esquerda brasileira interpretou a RC através da RB. Para tanto, buscou-se como axioma das análises as experiências dos intelectuais da revista, caracterizadas por grandes transformações, ocorridas no Brasil e no mundo, entre a década de 1940 e 1960, nos meios políticos, sociais, econômicos e culturais.

Para atingir tais objetivos, no primeiro capítulo, analisou-se o momento de criação da RB e de como funcionava a organização da revista. Nesse ponto, foi importante inserir os intelectuais dentro do contexto histórico do período, mas também dentro das relações de amizade e parentesco que haviam se estabelecido antes mesmo da fundação do periódico e que se reforçaram com ele. Além dessas relações pessoais que foram importantes, o manifesto de fundação da revista orientava politicamente o movimento e permitiu que dezenas de colaboradores de diversas regiões do país contribuíssem com artigos.

Em um segundo momento, vinculou-se a fundação da RB ao contexto maior de modernização capitalista e de seu corolário no setor de imprensa: a hegemonização da informação por parte dos grandes meios de comunicação, ligados, por dependência econômica, ao capital externo. Essa transformação da imprensa acontecia paralelamente à efervescência política e cultural, manifestada pelas revistas e centros de estudo que surgiam no Brasil. Em relação ao processo de industrialização, apontou-se o fortalecimento da classe operária como agente político imprescindível e um dos “alvos” das políticas nacionalistas, visto que as “massas” ou o “povo” – de acordo com a revista – seriam importantes para transformar os ideais econômicos nacionalistas em ações práticas. Resgatou-se, igualmente, a gênese do pensamento nacionalista caiopradiano, que balizava as ideias da RB, cabendo aos outros intelectuais “gravitarem em sua órbita”. O arcabouço teórico de CPJ, contudo, não estava “solto no ar”; pelo contrário, conectava-se a experiências diversas que estavam sendo elaboradas, como o contexto pós-Segundo Guerra Mundial, no qual surgiu a ideologia cepalina, preocupada em ajudar os países latino-americanos a se desenvolverem de forma autônoma. Tal linha de pensamento emancipatório contribui definitivamente para a obra de Caio Prado que se matizaria, também, por suas divergências, sem ruptura, com o PCB, o qual via em suas diretrizes a luta contra o imperialismo por meio da união com a “burguesia nacional”, que colaboraria, para se acabar com os “restos feudais” da economia nacional. CPJ

discordava desses dois pontos desde meados da década de 1940 e continuou com essa linha de pensamento durante toda a existência da *Brasiliense*, entre 1955 e 1964.

O nó górdio dessa questão formula-se pela importância da compreensão das experiências iniciais dos intelectuais da RB que foram fundamentais, tanto para interpretar a RC, quanto para compreender como Cuba também se incorporará como parte das expectativas desses intelectuais. A trajetória desses intelectuais ligava-se a outras experiências de caráter geral, como a dos latino-americanos ou a dos brasileiros, seja pela questão espacial e/ou cultural. No entanto, existem diferentes experiências dentro de um mesmo grupo, que se distinguem, assim, por outras características como nível de instrução, classe social, estruturas de sociabilidade etc.

No segundo capítulo, partiu-se para as interpretações “possíveis” desses intelectuais, ditadas por suas experiências sobre o processo cubano. No primeiro momento, analisou-se o impacto da RC sobre as esquerdas brasileiras no geral, na medida em que o refluxo caribenho foi importante, pois houve a inevitabilidade do diálogo com novas diretrizes que ocupavam as possibilidades da esquerda.

A partir disso, o trabalho encaminhou-se para a análise da RC por meio da doutrina nacionalista do periódico. Nessa perspectiva, chamou a atenção o “contágio” do “etapismo” do PCB nas interpretações, bem como a dificuldade em categorizar a RC como “socialista”, uma vez que a primeira reportagem sobre Cuba levou mais de um ano e meio a aparecer nas páginas da revista – quando o assunto já era amplamente debatido –, tal fator denota a dificuldade de aceitar no horizonte próximo o socialismo, que poderia deslocar o protagonismo do nacionalismo como pensamento dominante na luta política brasileira. Ou seja, existia certo temor de que se pautasse a luta pelo “exemplo cubano” e não pelo “exemplo da RB”.

Esse último ponto traz à tona a última parte do segundo capítulo que disserta justamente como a RC contribui para a sensação de aceleração do tempo, típico da Modernidade, acentuado pela imersão de Cuba nas pautas de discussão de amplas camadas da sociedade brasileira, bem como nas páginas do periódico. Esse seria ponto importante de interferência de Cuba no pensamento nacionalista da RB.

Os escritos da revista, ao terem que dialogar com as novas possibilidades, provocadas pelo “furacão” cubano, continuaram, até o golpe civil-militar de 1964, quando o periódico foi fechado, defendendo o nacionalismo que havia se estruturado em cima de longa base de experiências adquiridas. Contudo, a necessidade de situar as perspectivas de futuro em cima do próprio exemplo cubano, enfatizando o período anterior à revolução como o exemplo para

a luta política brasileira, na qual deveria se construir a “consciência revolucionária”, da mesma forma como o fizeram os cubanos, demonstra que Cuba fazia parte agora das experiências do grupo de intelectuais da RB. Porque, inclusive, foi utilizada para remeter a um futuro, que deveria, pela atuação política dos sujeitos, aproximar-se. Como o nacionalismo, segundo o pensamento da revista, antecede o socialismo, a aceleração do nacionalismo acaba, igualmente, gerando um espaço de tempo muito menor entre esses dois conceitos, pois ao se lutar pela “legalização do PCB” se estaria igualmente marchando para o “socialismo”, conforme apontara a revista.

REFERÊNCIAS

a) Fontes primárias:

Revista Brasiliense. Edições entre julho-agosto de 1960 e julho-agosto de 1963.

Localização: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

b) Referências:

AELO, Oscar H. & BRANDA, Pérez B. La Revolución Cubana en el diario argentino “La Nación”: euforia, decepción, condena (1959-1962). *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 35, n. 2, jul./dez. 2009, p. 105-126.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976.

ARAÚJO, Angela M. C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

AZEVEDO E SILVA, Angelissa. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

BARTZ, Frederico Duarte. A revolução cubana nos escritos da esquerda brasileira: 1960-1970. *Revista Virtual Cadernos de História (UFOP)*, v. IV, p. 130-140, 2007.

_____. Imágenes de esperanza: la apropiación del ejemplo de la Revolución Cubana por los grupos de la izquierda brasileña en los años sesenta. *Izquierdas*, v. 4, p. 1-14, 2009.

BANDEIRA, Moniz. *A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1998.

PRADO, Carlos B. Cuba, Che Guevara e a “exportação” da Revolução pela América Latina. In PADRÓS, Enrique Serra & CALIL, Gilberto. (orgs.). *Revista História e Luta de Classes*. Ano 3, Edição n.4. Julho de 2007.

BEIGUELMAN, Paula. A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D’INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Unesp: Brasiliense, 1989.

CAIO PRADO, Júnior. *A Revolução Brasileira*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

CALIL, Gilberto. O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. In PADRÓS, Enrique Serra & CALIL, Gilberto. (orgs.). *Revista História e Luta de Classes*. Ano 3, Edição n.4. Julho de 2007.

CASTRO GOMES, Angela de. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução?* São Paulo: latino-americana, 1967.

EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos D. Celso Furtado. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

DOCKHORN, Gilvan V. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPURS, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

FERREIRA LIMA, Heitor. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREITAS, Marcos. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. Um ajuste de contas com a tradição. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos. Contradicciones y anomalias en el desarrollo de la teoria*. Madrid, Alianza, 1985.

GUITARD, Odette. *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e história. "Como escrever a história da França?". *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v.5, n.7, 1997.

HOLLANDA, Heloisa B. de & GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. *A Formação do Populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2011.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, 1987. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal>. Acesso em: 20 out. 2011.

LOWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MANTEGA, Guido. Marxismo na Economia Brasileira. In: DE MORAES, João Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.2.

MARTINS, Fernanda. *Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal Diário de Notícias e a revista O Cruzeiro*. In: WASSERMAN, Cláudia. *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasiliense. *Revista Urutágua*, Maringá, Centro de Estudos Sobre Intolerância, 2004.

MORAES, João Q. de. A evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, João Q. de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.2.

MORAES, Reginaldo & ANTUNES, R (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNTEAL, O., VENTAPANE, J. & DE FREIXO, A. (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil : entre o povo e a ação*. São Paulo: Ática, 1990.

REIS FILHO, D. [et al.]. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v.1.

SANTANA, Marco A. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

SADER, Eder (org.). Che Guevara: Política. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985.

_____. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In *REIS FILHO, Daniel Aarão*. (org.) *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, vol.1.

SANTOS, Raimundo. Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50. In *REIS FILHO, Daniel Aarão*. (org.) *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, vol.1.

SILVA, Fernando T. da & SANTANA, Marco A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRGJ/FGV, 1996, p. 231-239.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

RODEGHERO, Carla Simone. Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. Porto : Afrontamento, 1990.

WASSERMAN, Claudia. A Revista Brasiliense e os debates da esquerda brasileira entre 1960 e 1960. *Revistas em América Latina: proyectos literários, políticos e culturales*. Mexico, D. F.: UNAM: Eón, 2010.

_____. *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 2009.

_____. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

WIDER, Maria Célia. *Caio prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

WILSON, Martins. *História da Inteligência Brasileira, Volume VI (1915-1933)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.